



Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

CNPJ/MF: 81.716.144/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Pela presente publicação, a Administração da Rocha Terminais Portuários e Logística S/A ("Companhia"), vem respeitosamente apresentar para o vosso conhecimento, em cumprimento às disposições legais e estatutárias da Companhia, o Relatório dos Auditores Independentes da KPMG sobre as suas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O Relatório dos Auditores Independentes sobre as suas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi emitido sem ressalvas e está disponível na sede da Companhia. As informações constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional ("Reais") e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Paranaguá/PR, 20 de março de 2023. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	201.945	94.393	202.416	123.016	Fornecedores	16 a	30.730	28.396	37.721	32.894
Contas a receber de clientes	10	33.309	22.838	42.846	31.558	Empréstimos e financiamentos	18	69.636	44.200	78.889	51.952
Impostos a recuperar	11	11.648	2.927	12.262	3.922	Impostos e contribuições a recolher	19	4.208	1.797	6.870	3.922
Dividendos a receber	20	2.719	226	2.360	10.562	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		9.329	8.286	12.056	10.562
Outros ativos circulantes		12.589	8.613	17.281	11.640	Adiantamentos de clientes		11.108	13.265	12.135	14.288
		262.219	126.797	276.965	169.397	Passivo de arrendamento	17	29.575	31.642	38.710	37.665
						Outras contas a pagar	16 b	-	-	24.742	29.559
								154.586	127.586	211.123	180.842
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber de clientes	10	8.968	6.890	8.887	6.922	Fornecedores	16 a	81	1.326	-	-
Impostos a recuperar	11	3.318	4.731	5.968	13.020	Empréstimos e financiamentos	18	371.519	248.810	459.810	341.047
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	12.315	7.578	23.807	Passivo de arrendamento	17	110.786	66.228	128.681	96.641
Depósitos judiciais	21	56.516	49.209	56.518	49.211	Outras contas a pagar	16 b	56.023	49.118	56.023	69.677
Mútuo entre partes relacionadas	20	30.218	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	3.519	-	-	-
Outras contas a receber		6.361	5.501	7.146	6.012	Provisão para contingências	21	716	291	7.491	6.461
Investimentos	13	445.128	428.521	486.600	431.871			542.644	385.573	652.005	515.826
Imobilizado	14	757.584	679.302	819.764	726.277	Patrimônio líquido					
Direito de uso - Arrendamento	17	127.826	106.356	152.828	123.150	Capital social	22 a	31.574	31.574	31.574	31.574
Intangível	15	5.063	4.466	47.744	49.890	Reservas de capital	22 b	490.247	490.247	490.247	490.247
		1.441.982	1.297.291	1.593.134	1.440.200	Reservas de lucros	22 d 22 e	485.150	391.108	485.150	391.108
		1.704.201	1.426.088	1.870.099	1.609.597			1.006.971	912.928	1.006.971	912.929
								1.704.201	1.426.088	1.870.099	1.609.597

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de transação de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		31.574	527.423	(37.176)	6.314	339.810	887.945
Resultado do exercício		-	-	-	-	100.584	100.584
Destinações:							
Dividendos mínimos obrigatórios	22.f	-	-	-	-	(25.146)	(25.146)
Dividendos complementares	22.f	-	-	-	(30.454)	-	(30.454)
Retenção de lucros no exercício	22.e	-	-	-	75.438	(75.438)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		31.574	527.423	(37.176)	6.314	384.794	912.929
Resultado do exercício		-	-	-	-	153.042	153.042
Destinações:							
Dividendos mínimos obrigatórios	22.f	-	-	-	-	(38.261)	(38.261)
Dividendos complementares	22.f	-	-	-	(19.000)	(1.739)	(20.739)
Retenção de lucros no exercício	22.e	-	-	-	113.042	(113.042)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		31.574	527.423	(37.176)	6.314	478.836	1.006.971

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Resultado do exercício		153.042	100.584	153.042	100.584
Ajustes por:					
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas com clientes	10	99	29	(342)	79
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social	12	19.483	(7.137)	30.182	(3.517)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(135.065)	(97.331)	(114.346)	(88.483)
Depreciação e amortização	14	14.147	38.393	53.926	47.005
Resultado na baixa de ativo permanente	14	1.354	6.760	5.012	6.772
Depreciação do direito de uso - arrendamento	17	20.186	22.316	29.114	27.143
Juros e correções incorridos	18 20	41.025	9.781	54.908	13.195
Juros de contrato de arrendamento	17	6.430	4.391	7.597	5.058
Atualização monetária - contraprestação aquisição Vanzin	25	-	-	2.111	23.255
Constituição de provisão para contingências	21	425	283	1.030	996
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes - circulante e não circulante		(12.848)	2.338	(12.711)	(11.640)
Redução em impostos a recuperar - circulante e não circulante		6.728	4.268	11.783	7.101
Aumento em depósitos judiciais		(7.307)	(5.461)	(7.307)	(5.461)
Aumento em fornecedores - circulante e não circulante		(35.063)	(248)	(6.778)	(1.603)
Aumento em empréstimos e financiamentos - principal		1.089	12.281	4.827	11.194
(Redução) aumento em impostos e contribuições a recolher		711	(112)	1.120	(676)
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		1.043	1.422	1.494	2.065
Aumento em outros passivos - circulante e não circulante		6.905	5.874	1.318	5.871
(Redução) aumento em adiantamentos de clientes		(2.157)	7.106	(2.153)	7.772
Atualização monetária paga		-	-	(5.699)	(10.629)
Impostos sobre o lucro pagos		(1.949)	-	(12.125)	(6.330)
Juros e financiamentos pagos	18	(37.801)	(19.559)	(49.543)	(21.003)
Fluxos de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais		70.657	85.960	146.458	108.746
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Contraprestação transferência - aquisição Vanzin		-	-	(16.201)	(16.201)
Aumento de participação em investimentos	13	-	-	(31.500)	(36.000)
Dividendos recebidos	13	114.985	109.228	88.985	109.228
Aquisição de imobilizado e intangível	15 16 29	(121.891)	(192.810)	(137.790)	(215.237)
Fluxos de caixa líquidos usados nas atividades de investimento		(8.906)	(83.582)	(96.506)	(158.210)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos captados	18	162.000	50.370	162.000	137.870
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	18	(33.804)	(70.606)	(38.190)	(74.356)
Pagamento de arrendamentos	17	(25.595)	(22.316)	(35.362)	(27.143)
Dividendos pagos	22.f	(59.000)	(89.348)	(59.000)	(89.348)
Fluxos de caixa líquidos provenientes das (usado nas) atividades de financiamento		43.801	(131.900)	29.446	(52.977)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		107.552	(129.522)	79.400	(102.441)
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	10	94.393	223.915	123.016	225.547
No fim do exercício	10	201.945	94.393	202.416	123.016
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		107.552	(129.522)	79.400	(102.441)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional
A Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. ("Companhia" ou "Grupo") integra uma linha empresarial fundada em Paranaguá-PR em 29 de janeiro de 1864, dedicada às atividades portuárias e retroportuárias ininterruptas desde a origem. Com sede em Paranaguá-PR, possui filiais em Curitiba-PR e São Francisco do Sul-SC, além disso possui atividades por meio de investidas nos portos de Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC), Rio Grande (RS), Itaipu (MA) e Palmerante (TO). Atua no setor de logística portuária e retro portuária, destacando-se na prestação de serviços nos segmentos de: armazenagem de cargas em graneis, siderurgias e carga geral; operações portuárias (descarregamento e carregamento de navios); de cargas granel de importação e granel de exportação além de carga geral e celulose; graneis líquidos; comissão de despachos aduaneiros e desembarque de cargas; terminais de carga alfandegados, agenciamento de transporte de cargas e mercadorias e participação em outras empresas. A Companhia opera no Porto de Paranaguá-PR sob certificado da Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina "APPA", concedido somente a empresas devidamente qualificadas como "Operador Portuário" o que atende aos requisitos exigidos pela autoridade portuária. Este certificado tem prazo de duração determinado, tendo ocorrido a última renovação em 19 de novembro de 2018, com validade até 09 de novembro de 2023 o qual poderá ser renovado sem quaisquer ônus para os negócios da Companhia. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela Lei 12.815/13. Na operação portuária, são pagas as tarifas pertencentes à autoridade portuária em decorrência de cada operação executada, além da contratação de mão-de-obra de conferentes, arrumadores e estivadores junto ao Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO). A Companhia firmou o contrato de arrendamento nº 115/2002 com a APPA em 16 de setembro de 2002, e opera a Instalação Portuária Alfandegada (IPA) nas dependências do Armazém 9A do Porto de Paranaguá-PR. O referido contrato teve sua adequação aos dispositivos das Leis 8.630/93 e Lei 12.815/13 e também pela Resolução ANTAQ nº 2240/11 em 3 de setembro de 2012. Em 31 de agosto de 2022 este contrato foi prorrogado pela APPA até 2042 por meio do 3º termo aditivo. A Companhia possui também o certificado de "Operador Portuário" emitido pela Administração do Porto de São Francisco do Sul "APFSF" em consonância

aos dispositivos da Lei 8.630/93 atualizada pela Lei 12.815/13, concedendo a Companhia a referência para executar operações no Porto de São Francisco do Sul-SC, a referida habilitação foi emitida em 3 de dezembro de 2013, com validade até 3 de dezembro de 2023 o qual poderá ser renovado sem quaisquer ônus para os negócios da Companhia. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela Lei 12.815/13. A Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 44 da 9ª SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de novembro de 2013, o alandamento a título permanente de seu complexo de armazenagem de graneis sólidos de importação (GIMPO), filial que está inscrita no CNPJ/ME sob nº 81.716.144/0005-74, localizada na área externa ao Porto Organizado de Paranaguá - PR, na Av. Cel. José Lobo, s/nº, 1.913, município de Paranaguá -PR, cuja infraestrutura é composta por armazém, área de pátio com balanças e esteira que liga ao Terminal Público de Fertilizantes do Porto de Paranaguá. O alandamento obido está em conformidade com os dispositivos do Contrato de Passagem nº 006/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, confirmado pela ANTAQ (Agência Nacional de Transporte Aquaviário), o qual tem prazo de vigência de 25 anos (com validade até 2037) podendo ser prorrogado por igual período (até 2062). Em 22 de abril de 2014, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 10 da 9ª SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de abril de 2014, a extensão do alandamento para toda a infraestrutura do complexo de armazenagem de graneis sólidos de importação, mantidas as mesmas condições mencionadas no parágrafo acima. Em 26 de outubro de 2017, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 19 da 9ª SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 27 de outubro de 2017, o alandamento a título permanente de sua Instalação portuária denominada "GEXPO", filial que está inscrita no CNPJ/ME sob nº 81.716.144/0015-46, localizada na área contígua ao Porto Organizado de Paranaguá, na Av. Cel. José Lobo, s/nº, Oceania, Paranaguá (PR). Em 25 de março de 2022, o Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 7 da 9ª SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 28 de março de 2023, alterou a redação do ADE 19/2017 para refletir a ampliação do GEXPO, o qual conta com um montante de área de 56.743 m², composta por 4 (quatro) armazéns ("AZ 01, AZ 02, AZ 03 e AZ 04"), e pelas demais estruturas e equipamentos acessórios

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

Receita líquida de vendas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	23	386.234	296.362	546.974	441.788
Custo dos serviços prestados	24	(288.285)	(252.481)	(395.392)	(355.576)
Lucro bruto		97.949	43.881	151.582	86.212
(Despesas) receitas operacionais					
Comerciais	24	(615)	(412)	(615)	(412)
Provisão para perda esperada com clientes	10	(99)	(29)	(342)	(179)
Administrativas e gerais	24	(21.484)	(17.218)	(22.124)	(17.972)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(6.930)	(11.995)	(8.950)	(8.851)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		68.821	14.227	120.235	58.896
Receitas financeiras	25	18.645	9.462	19.394	7.512
Despesas financeiras, líquidas	25	(50.026)	(27.573)	(70.753)	(57.828)
Resultado de equivalência patrimonial	13	31.381	(18.111)	(51.599)	(50.314)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		135.095	97.331	114.346	88.483
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(3.649)	93.447	(13.953)	(7.670)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	(15.834)	7.137	(15.229)	11.187
Resultado do exercício		115.602	100.584	153.042	100.584
Lucro por ação - em R\$				4,85	3,19

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

Resultado do exercício	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado do exercício	153.042	100.584	153.042	100.584

(Continuação da página -1-)

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados a emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2022	2021
Rio Bacacheri Participações S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A.	Indireto	100,00%	100,00%
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	Direto	99,99%	99,99%

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retem qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite o Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo possui as seguintes entidades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures):

Empresas	Tipo	2022	2021
Catalini Terminais Marítimos S.A.	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária do Itaipu-COPI	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária de Itaipu-COPI	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Fulport Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	Empreendimento direto controlado em conjunto	28,33%	28,33%
Melport Terminais Marítimos Ltda.	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Sul Trading Ltda.	Empreendimento indireto controlado em conjunto	0,50%	0,50%
CPA-Central Paranaense de Logística S.A.	Coligada indireta	12,50%	12,50%

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de prestação de serviços

A Companhia, suas Controladas e investidas atuam na prestação de serviços de operações portuárias e armazenagem, em armazéns gerais e refeitórios alfandegados, no acondicionamento de produtos, despacho aduaneiro, utilização e desutilização de cargas, envase, estufagem e desestufagem de contêineres, operações em recintos alfandegados, transporte, recepção, armazenagem e expedição de (a) graneis sólidos de importação (fertilizantes, cereais e outros) e de exportação (soja e milho), (b) graneis líquidos (derivados, metano e outros), (c) carga geral, celulose e produtos siderúrgicos, (d) cargas de projeto, locação de bens móveis, de máquinas e equipamentos, e (e) outras cargas na logística portuária.

A receita dos serviços prestados é reconhecida no resultado em virtude do respectivo estágio da prestação e está relacionada, principalmente, às operações portuárias, armazenagem e operações logísticas. A receita dos serviços também poderá ser mensurada pelo montante recebido ou a receber pelos serviços prestados no curso normal dos negócios, líquidos de eventuais descontos comerciais e dos impostos sobre a venda. Operações Portuárias: as operações portuárias referem-se, basicamente, aos serviços de embarque e desembarque de cargas à granel dos navios, e aos serviços de movimentação das cargas a granel e/ou ainda cargas soltas (projetos) nos portos, e são reconhecidas ao longo do tempo no resultado, conforme evolução da realização das operações portuárias.

Armazenagem: refere-se à prestação de serviços de armazenagem de produtos nos armazéns e/ou tanques próprios e/ou arrendados do Grupo. A receita de armazenagem poderá ser reconhecida no resultado no momento da entrada das cargas, durante as estadias e/ou ainda na retirada das mesmas dos armazéns. Operações Logísticas: as operações logísticas são referentes, principalmente, ao desembarco aduaneiro, transporte, serviços complementares, e à armazenagem de carga geral, containerizada e/ou ainda operações com produtos siderúrgicos na modalidade *break bulk* e celulose. As receitas com operações logísticas são reconhecidas no resultado de acordo com a conclusão dos serviços contratados, ou ainda, de acordo com as propostas comerciais.

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas controladas não fornecem benefícios de longo prazo a seus empregados.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem, principalmente:

- Rendimentos com aplicações financeiras;
 - Despesa de juros; e
 - Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.
- A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:
- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
 - ao custo amortizado do passivo financeiro.
- No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data da demonstração financeira.

h. Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face as eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota explicativa nº 10 - Contas a receber de clientes.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração
O custo do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Edificações e benfeitorias	20 - 30 anos
Equipamentos e guindastes	5 - 15 anos
Outros ativos	10 anos (média)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio
O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O reconhecimento do ágio nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi afetada em consonância com os dispostos nas normas (i) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios; (ii) CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas; e (iii) ICPN 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. **Softwares e demais intangíveis**

Possejam vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **(ii) Gastos subsequentes**
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. **(iii) Amortização**
Os softwares e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes para os dois períodos apresentados:

Softwares	5 anos
Acordos de não competição	5 anos
Contratos de arrendamento	10 - 25 anos
Outros intangíveis	10 - 12 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial
O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequentes
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
 - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em CRA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**
Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável

pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequentes e ganhos e perdas
Ativos financeiros - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, após a VJR, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de amortizado juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificaram os ativos financeiros na categoria de "Custo amortizado", os quais são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e na categoria de "Valor justo por meio do resultado".

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequentes e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retem o controle sobre o ativo financeiro. Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não celebraram contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

l. Capital social

Apções ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32.

m. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
 - Ativos de contrato.
- A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

(Continuação da página -2-)

são reconhecidos no resultado como despesa financeira.
o. Arrendamentos
No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índices ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

p. Mensuração do valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas. Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

q. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

r. Classificação circulante e não circulante
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

s. Demonstrações dos fluxos de caixa
A Companhia optou por classificar os juros pagos como fluxo de caixa operacional, dividendos pagos como fluxo de financiamento e os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 - R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

t. Informações por segmento
Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com report à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

u. Dividendos a pagar
É assegurado aos acionistas, por meio do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição torna-se uma obrigação presente na data do balanço, referindo-se à parcela de dividendo mínimo obrigatório não antecipado e/ou dividendos complementares, cuja aprovação para distribuição tenha sido devidamente realizada até a data base das demonstrações financeiras.

8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas
Determinadas novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

A. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)
As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adlmento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, o Grupo não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. O Grupo está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

B. Outras Normas
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

9 Caixa e equivalentes de caixa
Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Caixa e bancos, Aplicações financeiras.

Os investimentos de curto prazo, classificados como equivalentes de caixa, referem-se a papéis remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas com instituições consideradas pela administração como de 1ª linha, com possibilidade de resgates parciais ou totais sem restrições. Os valores estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos, que foram superiores a 102% do CDI (aproximadamente 100% em 2021).

Os investimentos de curto prazo são somente em aplicações financeiras junto às instituições financeiras de primeira linha, conforme abertura abaixo.

Instituição financeira
Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Safra, Bradesco, Itaú, Santander.

10 Contas a receber de clientes
Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Clientes nacionais, Clientes no exterior, Partes relacionadas, Provisão para perdas esperadas.

Circulante
Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Circulante, Não circulante.

Faixas de vencimento, excluindo saldos com partes relacionadas
Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include A vencer, Vencidos entre 1 e 90 dias, Vencidos entre 91 e 180 dias, Vencidos acima de 180 dias.

(-) Provisão para perdas esperadas (i)

(i) A Companhia e suas controladas têm como política contábil constituir a provisão para perdas de créditos esperadas para os recebíveis cuja liquidação seja considerada como incerta. Inicialmente, são feitas análises individuais, verificando-se o histórico recente e a data de vencimento dos títulos, bem como as condições de negócio de cada recebível, com negociações efetuadas com os clientes e a possibilidade de realização de cada recebível. De forma geral, a Companhia e suas controladas recebem antecipadamente cerca de 50% dos serviços que serão prestados, além de negociarem um prazo médio de 10 dias para o valor remanescente dos serviços prestados, o que reduz significativamente o risco de perdas. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia e de suas controladas. A provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis.

Movimentação da provisão para perdas esperadas
Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Saldo no início do exercício, (Provisão) reversão de provisão, Saldo no final do exercício.

11 Impostos a recuperar
Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include PIS e COFINS, IRPJ e CSLL, INSS parte empresa, FUNDAF, Outros.

Circulante
Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Circulante, Não circulante.

(i) Refere-se a créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados, principalmente, nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado (Lei 11.488/2007), que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação vigente.

(ii) Refere-se aos impostos retidos na fonte incidentes sobre aplicações financeiras resgatadas a prestação de serviços.

(iii) Refere-se a créditos originados de ação judicial transitado em julgado, apurados sobre mão de obra própria e avulsa, que foram compensados a partir de 2022 com outros impostos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB).

(iv) Refere-se ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF), considerado inconstitucional pela Jurisprudência. Os valores pagos em exercícios anteriores, cuja jurisprudência já está pacificada no STF, e iniciaram sua compensação no segundo semestre de 2020, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB).

12 Imposto de renda e contribuição social
(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Adicionalmente, a Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e acionistas, a Companhia e suas controladas registraram imposto de renda e contribuição social diferidos.

O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial individual e consolidado, conforme apresentado abaixo:

Ativo (passivo) não circulante
Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social, IRPJ/CSLL diferidos s/ juros capitalizados, IRPJ/CSLL diferidos s/ outras diferenças temporárias, Amortização de mais valia, (Passivo) ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos.

As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas estão respaldadas em projeções de rentabilidade futura da Companhia e suas controladas, aprovadas pela Administração.

(ii) Reconciliação da alíquota efetiva
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada a seguir:

Controladora, Consolidado, 2022, 2021
Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows include Resultado do exercício antes dos impostos, Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%, Adições e exclusões e outros, Resultado de equivalência patrimonial, IRPJ/CSLL diferidos s/ juros capitalizados, Exclusões de juros capitalizados, IRPJ/CSLL diferidos s/ outras diferenças temporárias, Exclusões (adições) permanentes, Outros.

Imposto de renda e contribuição social no resultado:
Corrente: (3.649) - (13.953) (7.670)
Diferido: (15.834) 7.137 (16.229) 11.187
Alíquota efetiva: (11,2%) 7,5% (16,4%) 3,6%

(i) Refere-se ao impacto do reconhecimento do IRPJ/CSLL sobre os juros capitalizados sobre obras em andamento (expansão e novas esteiras GIMPO) e concluídas (GEXPO 2), nos termos do CPC 20 (vide Nota Explicativa 14).

(ii) Exclusões da base de cálculo do IRPJ/CSLL dos juros capitalizados nos termos do Art. 409 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99).

As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estão respaldadas em projeções de rentabilidade da Companhia e de suas controladas, aprovadas pela Administração, a saber:

Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021
Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include 2023, 2024, 2025, 2026, 2027.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas.

13 Investimentos
(i) Composição dos saldos da controladora
Table with 2 columns: 2022, 2021. Rows include Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas (equivalência patrimonial), Rio Bacacheri Participações S.A., Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A., Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda., Cattalini Terminais Marítimos S.A., Agio - aquisição Cattalini (i), Mais valia - aquisição Cattalini (ii), Amortização mais valia líquida - aquisição Cattalini (iii), TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda., Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda., Sul Trading Ltda.

(ii) Composição dos saldos do consolidado
Table with 2 columns: 2022, 2021.

Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas
Table with 2 columns: 2022, 2021. Rows include Cattalini Terminais Marítimos S.A., Agio - aquisição Cattalini (i), Mais valia - aquisição Cattalini (ii), Amortização mais valia líquida - aquisição Cattalini (iii), TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda., Companhia Operadora Portuária do Itaquí-COPI, Agio - aquisição COPI (iii), Mais valia - aquisição COPI (iv), Amortização mais valia líquida - aquisição COPI (iv), Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda., Sul Trading Ltda.

(i) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% da Cattalini Terminais Marítimos S.A., em dezembro de 2011.

(ii) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) e sua respectiva amortização, reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Cattalini Terminais Marítimos S.A., em dezembro de 2011.

(iii) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaquí-COPI, em agosto de 2015 (25%) e primeiro semestre de 2018 (25%).

(iv) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) e sua respectiva amortização, reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaquí-COPI, em agosto de 2015 (25%) e primeiro semestre de 2018.

(iii) Informações das controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas
Table with 2 columns: 2022, 2021. Rows include Rio Bacacheri, Ativos circulantes, Ativos não circulantes, Passivos circulantes, Passivos não circulantes, Receitas do exercício, Custos e despesas do exercício, Resultado da investida no exercício, Capital social, Quantidade de quotas possuídas, Patrimônio líquido, Participação no capital social no final do exercício, Participação no patrimônio líquido.

Rocha Granéis (i)
Table with 2 columns: 2022, 2021. Rows include Ativos circulantes, Capital social, Quantidade de quotas possuídas, Patrimônio líquido, Participação no capital social no final do exercício, Participação no patrimônio líquido.

Porto Seco
Table with 2 columns: 2022, 2021. Rows include Ativos circulantes, Ativos não circulantes, Passivos circulantes, Passivos não circulantes, Receitas do exercício, Custos e despesas do exercício, Resultado da investida no exercício, Capital social, Quantidade de quotas possuídas, Patrimônio líquido, Participação no capital social no final do exercício, Participação no patrimônio líquido.

Rocha RS
Table with 2 columns: 2022, 2021. Rows include Ativos circulantes, Ativos não circulantes, Passivos circulantes, Passivos não circulantes, Receitas do exercício, Custos e despesas do exercício, Resultado da investida no exercício, Capital social, Quantidade de quotas possuídas, Patrimônio líquido, Participação no capital social no final do exercício, Participação no patrimônio líquido.

TLP Terminais (i)
Table with 2 columns: 2022, 2021. Rows include Ativos circulantes, Capital social, Quantidade de quotas possuídas, Patrimônio líquido, Participação no capital social no final do exercício, Participação no patrimônio líquido.

Fullport8
Table with 2 columns: 2022, 2021. Rows include Ativos circulantes, Ativos não circulantes, Passivos circulantes, Passivos não circulantes, Receitas do exercício, Custos e despesas do exercício, Resultado da investida no exercício, Capital social, Quantidade de quotas possuídas, Patrimônio líquido, Participação no capital social no final do exercício, Participação no patrimônio líquido.

COPI Consolidado
Table with 2 columns: 2022, 2021. Rows include Ativos circulantes, Ativos não circulantes, Passivos circulantes, Passivos não circulantes, Receitas do exercício, Custos e despesas do exercício, Resultado da investida no exercício, Capital social, Quantidade de quotas possuídas, Patrimônio líquido, Participação no capital social no final do exercício, Participação no patrimônio líquido.

Cattalini
Table with 2 columns: 2022, 2021. Rows include Ativos circulantes, Caixa e equivalente de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Impostos a recuperar, Outros ativos circulantes, Ativos não circulantes, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Depósitos judiciais, Outros ativos não circulantes, Investimentos, Imobilizado, Intangível, Passivos circulantes, Fornecedor, Empréstimos e financiamentos, Impostos e contribuições a recolher, Obrigações trabalhistas e previdenciárias, Outras contas a pagar, Dividendos a pagar, Passivos não circulantes, Empréstimos e financiamentos, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Outras contas a pagar, Provisão para contingências, Patrimônio líquido - controladores, Patrimônio líquido - não controladores, Receitas líquidas do exercício, Custos dos serviços prestados, Lucro bruto.

(Continua na página -4-)

(Continuação da página -3-)

Table with financial data: Despesas administrativas, Equivalência patrimonial, Resultado antes das despesas financeiras, Resultado financeiro líquido, Imposto de renda e contribuição social, etc.

(i) Em 2022 e 2021, as respectivas entidades não possuíam atividade operacional

(iv) Movimentação dos investimentos no exercício

Table showing investment movements for 2020 and 2021, categorized by company (Rio Rocha, Bacacheri Granéis, Porto Cattalini, etc.)

Consolidado

Consolidated investment movements table for 2020 and 2021

(i) A Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras a equivalência patrimonial de seus investimentos com a redução da parcela correspondente a cada amortização da mais valia auferida no desdobramento do preço de aquisição de seus investimentos. Em 2022 na Controladora o valor apresentado para Rio Bacacheri está ajustado por R\$ 333 relativos a 2021

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu, a título de dividendos, o montante de R\$ 114.885 (individual) e R\$ 89.965 (consolidado), conforme apresentado na demonstração do fluxo de caixa. Tais valores estão acrescidos do saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 registrado no ativo no montante de R\$ 228. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu a título de dividendos o montante de R\$ 109.228 (individual e consolidado), composto por: R\$ 33.339 do saldo de dividendos a receber em 31 de dezembro de 2020, após a reversão de R\$ 6.797 no individual e R\$ 574 no consolidado; e (ii) R\$ 75.889 destacados e pagos pelas investidas à Companhia durante o exercício de 2021, restando um saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 registrado no ativo no montante de R\$ 226 (individual e consolidado).

14 Imobilizado

(i) Composição do saldo (controladora)

Table showing the composition of fixed assets (controladora) for 2020 and 2021, including Benfeitorias em imóveis locados, Edificações e benfeitorias, Equipamentos e guindastes, etc.

(ii) Movimentação do custo (controladora)

Table showing the movement of the cost of fixed assets (controladora) for 2020 and 2021

(iii) Movimentação da depreciação (controladora)

Table showing the movement of depreciation of fixed assets (controladora) for 2020 and 2021

(iv) Composição do saldo (consolidado)

Table showing the composition of fixed assets (consolidado) for 2020 and 2021

(v) Movimentação do custo (consolidado)

Table showing the movement of the cost of fixed assets (consolidado) for 2020 and 2021

(vi) Movimentação da depreciação (consolidado)

Table showing the movement of depreciation of fixed assets (consolidado) for 2020 and 2021

Table with financial data: Outros ativos, Mais valia Rocha RS, Imobilizações em andamento, Saldo em 31/12/2021, Depreciação, Adições, Movimentação em 2022, Baixas, Transferências, Depreciação

(i) Referem-se a benfeitorias efetuadas nos imóveis locados da Superagul, vide Notas Explicativas 17 e 20.

(ii) Referem-se a aquisição de uma área pela Companhia em Paranaguá/PR no valor de R\$ 31.000 para a construção de um novo armazém de grãos com recursos captados conforme N.E. 18 i.x e ainda, no Consolidado refere-se a aquisição de uma área pela Controlada Rocha RS em Rio Grande/RS no valor de R\$ 13.402 também para armazenagem de grãos com recursos captados conforme N.E. 18 i.xii

(iii) Referem-se a créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS/COFINS, apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado (Lei 11.488/2007), que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação vigente e apresentado na Nota Explicativa 11.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Garantias

Existem bens dados em garantias, em operações de Nota de Crédito de Exportação (NCE), cuja garantia para tais operações são os próprios bens. Há ainda, benfeitorias e imóveis dados em garantia para as operações de empréstimos e financiamentos realizadas nas modalidades NCE e GEXPO (veja nota explicativa 18).

Imobilizado em andamento

O Grupo possui ativos em construção, sendo que os custos incorridos até 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 122.331 na controladora e R\$ 126.871 no consolidado (em 2021: R\$ 192.838 e R\$ 192.838, respectivamente). Incluídos neste valor estão capitalizados custos de empréstimos relacionados à contratação de financiamentos para custeio dos novos ativos de R\$ 16.525 na controladora e consolidado (R\$ 18.905 em 2021 na controladora e R\$ 19.884 no consolidado), calculados utilizando uma taxa de capitalização de 13,6% ao ano em 2022 (10,1% em 2021).

16 Intangível

(i) Composição do saldo (controladora)

Table showing the composition of intangible assets (controladora) for 2020 and 2021

(ii) Movimentação do custo (controladora)

Table showing the movement of the cost of intangible assets (controladora) for 2020 and 2021

(iii) Movimentação da amortização (controladora)

Table showing the movement of amortization of intangible assets (controladora) for 2020 and 2021

(iv) Composição do saldo (consolidado)

Table showing the composition of intangible assets (consolidado) for 2020 and 2021

(v) Movimentação do custo (consolidado)

Table showing the movement of the cost of intangible assets (consolidado) for 2020 and 2021

(i) Refere-se ao ágio/mais valia decorrentes da aquisição de 100% da controlada Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A. conforme nota explicativa 2. Os referidos valores do ágio/mais valia baseiam-se na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e economias de escala que se espera obter por meio das combinações das operações, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

(vi) Movimentação da amortização (consolidado)

Table showing the movement of amortization of intangible assets (consolidado) for 2020 and 2021

(i) Em 31 de dezembro de 2022, na Controladora, os valores alocados como Passivo de arrendamento mercantil (circulante) estão compostos por R\$ 16.198 locação de imóveis operacionais (R\$ 11.875 em 2021); R\$ 6.204 juros futuros (R\$ 11.514 em 2021); e R\$ 7.113 referentes a locações de ativos fixos e máquinas/equipamentos (R\$ 8.253 em 2021). No Consolidado, estão compostos por R\$ 18.087 de locação de imóveis operacionais (R\$ 13.572 em 2021); R\$ 2.258 juros futuros (R\$ 13.117 em 2021); R\$ 13.355 referentes a locações de ativos fixos e máquinas/equipamentos (R\$ 10.976 em 2021).

(ii) Houve adição de 02 contratos em 2022 (haviam 23 contratos em 2021). Os demais valores adicionados em 2022 e 2021 são relativos as atualizações contratuais previamente definidas nos contratos vigentes, conforme requerido pelo CPC 06.

18 Empréstimos e financiamentos

(i) Composição do saldo

Table showing the composition of loans and advances for 2020 and 2021

(i) Em abril de 2019, a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 15.000, com amortização em 8 parcelas semestrais, vencendo a primeira em outubro de 2020, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 1,79% a.a.

(ii) Em outubro de 2016, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 30.000, com amortização em 18 parcelas trimestrais, vencendo a primeira em junho de 2018, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,93% a.a.

(iii) Em julho de 2019, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 25.000, com amortização em 12 parcelas semestrais, vencendo a primeira em janeiro de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 1,71% a.a.

(iv) Em abril de 2018, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a complementação do financiamento para construção do Complexo para a Exportação de Grãos GEXPO de Paranaguá/PR, cujo montante total captado foi de R\$ 90.000, com amortização a partir de dezembro de 2018 terminando em dezembro de 2026, sendo que os encargos durante o período da carência foram pagos trimestralmente, após o período de carência os encargos são pagos mensalmente.

(v) Em setembro de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro junto ao Banco Itaú, cujo montante total captado foi de R\$ 145.000, com amortização em 17 parcelas semestrais, vencendo a primeira em setembro de 2022, sendo 50% atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 3,27% a.a. e 50% atualizável pela variação do IPCA acrescido do spread de 5,98% a.a. através de Swap com o Banco Itaú (vide nota explicativa 26).

(vi) Em abril de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Cédula de Crédito Bancário com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 18.000, com amortização única em abril de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,7952% a.a. Em julho de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Cédula de Crédito Bancário com o Banco

Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) às quais o ágio está alocado. Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que não são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Cada negócio adquirido representa uma Unidade Geradora de Caixa.

As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada controlada, a qual é considerada a Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins do teste de recuperabilidade. Para os próximos anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração utilizando uma taxa de crescimento de 3,5%. A taxa de crescimento nominal média para o período de projeção foi de 8,5% e de desônios antes dos impostos foi de 12,9%.

16 Fornecedores e outras contas a pagar

a. Fornecedores

Table showing supplier movements for 2020 and 2021

Fornecedores nacionais (i)

Partes relacionadas (veja nota explicativa nº 20)

Circulante

Não circulante

(i) Refere-se, principalmente, a gastos decorrentes da contratação de serviços, DGMO, tarifas portuárias, fretes, locações de equipamentos, combustíveis, serviços e peças para manutenção e reforma de máquinas e equipamentos, contratação de mão de obra para realizar operações nos armazéns, entre outros.

b. Outras contas a pagar

Table showing other payable movements for 2020 and 2021

Contas a pagar por aquisição de ações (i)

Contas a pagar por aquisição de imóvel (ii)

Outras contas a pagar (iii)

Circulante

Não circulante

(i) Refere-se, substancialmente, em 2022 ao saldo remanescente do valor parcelado na aquisição de 40% das ações da controlada Rocha RS. O saldo remanescente compreende a 4ª e última parcela fixa no montante de R\$ 13.750, indexadas ao IGPM, com vencimentos em outubro de 2023. Em 2022 a 3ª parcela, nos termos do contrato de compra e venda de 40% das ações da controlada Rocha RS, foi paga em Escrow Account.

(ii) Refere-se ao saldo a pagar relativo à aquisição de armazém pela controlada Rocha RS no município de Rio Grande/RS, ocorrida no primeiro semestre de 2021 a ser liquidada no 1º semestre de 2023.

(iii) Refere-se a discussão judicial com a APPA - Associação de Portos de Paranaguá e Antonina, onde a Companhia foi beneficiada por ação coletiva movida pelo Sindicato dos Operadores Portuários - SINDOP, a qual visa a decretação da inconstitucionalidade e ilegalidade dos reajustes das tarifas portuárias que passaram a ser cobradas dos operadores portuários do Estado do Paraná, com base na Portaria 282/2001 do Ministério dos Transportes e na ordem de serviço nº 273/2001. Os valores controversos estão sendo depositados em juízo conforme demonstrado na Nota Explicativa 21.

17 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

Os saldos de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento apresentaram as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Movimentação em 2022

Table showing movements for 2022: Controladora, Ativo - Direito de uso - Arrendamento, Passivo circulante - Arrendamento mercantil (i), Passivo não circulante - Arrendamento mercantil

Movimentação em 2021

Table showing movements for 2021: Controladora, Ativo - Direito de uso - Arrendamento, Passivo circulante - Arrendamento mercantil (i), Passivo não circulante - Arrendamento mercantil

Consolidado

Table showing consolidated movements for 2022 and 2021

Movimentação em 2021

Table showing consolidated movements for 2021

Movimentação em 2021

Table showing consolidated movements for 2021

(i) Em 31 de dezembro de 2022, na Controladora, os valores alocados como Passivo de arrendamento mercantil (circulante) estão compostos por R\$ 16.198 locação de imóveis operacionais (R\$ 11.875 em 2021); R\$ 6.204 juros futuros (R\$ 11.514 em 2021); e R\$ 7.113 referentes a locações de ativos fixos e máquinas/equipamentos (R\$ 8.253 em 2021). No Consolidado, estão compostos por R\$ 18.087 de locação de imóveis operacionais (R\$ 13.572 em 2021); R\$ 2.258 juros futuros (R\$ 13.117 em 2021); R\$ 13.355 referentes a locações de ativos fixos e máquinas/equipamentos (R\$ 10.976 em 2021).

(ii) Houve adição de 02 contratos em 2022 (haviam 23 contratos em 2021). Os demais valores adicionados em 2022 e 2021 são relativos as atualizações contratuais previamente definidas nos contratos vigentes, conforme requerido pelo CPC 06.

18 Empréstimos e financiamentos

(i) Composição do saldo

Table showing loan and advance movements for 2020 and 2021

(i) Em abril de 2019, a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 15.000, com amortização em 8 parcelas semestrais, vencendo a primeira em outubro de 2020, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 1,79% a.a.

(ii) Em outubro de 2016, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 30.000, com amortização em 18 parcelas trimestrais, vencendo a primeira em junho de 2018, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,93% a.a.

(iii) Em julho de 2019, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 25.000, com amortização em 12 parcelas semestrais, vencendo a primeira em janeiro de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 1,71% a.a.

(iv) Em abril de 2018, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a complementação do financiamento para construção do Complexo para a Exportação de Grãos GEXPO de Paranaguá/PR, cujo montante total captado foi de R\$ 90.000, com amortização a partir de dezembro de 2018 terminando em dezembro de 2026, sendo que os encargos durante o período da carência foram pagos trimestralmente, após o período de carência os encargos são pagos mensalmente.

(v) Em setembro de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro junto ao Banco Itaú, cujo montante total captado foi de R\$ 145.000, com amortização em 17 parcelas semestrais, vencendo a primeira em setembro de 2022, sendo 50% atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 3,27% a.a. e 50% atualizável pela variação do IPCA acrescido do spread de 5,98% a.a. através de Swap com o Banco Itaú (vide nota explicativa 26).

(vi) Em abril de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Cédula de Crédito Bancário com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 18.000, com amortização única em abril de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,7952% a.a. Em julho de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Cédula de Crédito Bancário com o Banco

(Continuação da página 4-)

Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 1.742, com amortização em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em setembro de 2020, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,7521% a.a. Em outubro de 2020 a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro com o Banco Santander, cujo montante total captado foi de R\$ 3.990, com amortização em 43 parcelas mensais, vencendo a primeira em abril de 2022, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,97% a.a.

(xii) Em abril de 2021, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 18.000, com amortização em 10 parcelas semestrais, vencendo a primeira em outubro de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,39% a.a.

(xiii) Em abril de 2021, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 31.000, com amortização em 16 parcelas semestrais, vencendo a primeira em outubro de 2023, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,72% a.a.

(xiv) Em maio de 2021, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 725, com amortização em 36 parcelas mensais, vencendo a primeira em junho de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,18% a.a.

(xv) Em maio de 2021, a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 20.000, com amortização em 16 parcelas semestrais, vencendo a primeira em novembro de 2023, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,72% a.a.

(xvi) Em julho de 2021, a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 67.500, com amortização em 16 parcelas semestrais, vencendo a primeira em janeiro de 2024, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,55% a.a. (xvii) Em maio de 2022, a Companhia captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro com o Banco Itaú, no montante de R\$ 42.000, com amortização em 78 parcelas mensais, vencendo a primeira em dezembro de 2023, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,99% a.a.

(xviii) Em setembro de 2022, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Safra, cujo montante total captado foi de R\$ 120.000, com amortização em 96 parcelas mensais, vencendo a primeira em setembro de 2024, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,58% a.a.

(ii) Movimentação no exercício

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	292.810	303.939	382.999	317.409
Captações	162.000	50.370	162.000	137.670
Juros e correções incorridos - despesas	27.984	9.465	41.204	12.899
Juros e correções incorridos - capitalizados	13.041	296	13.704	296
Juros e correções - provisionados	16.525	18.605	16.525	19.884
Pagamentos de principal	(33.604)	(70.606)	(38.190)	(74.356)
Pagamentos de juros	(37.601)	(19.559)	(49.543)	(21.003)
Saldo no final do exercício	441.155	292.810	538.599	392.999

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2023	-	36.846	-	43.085
2024	52.428	40.642	54.479	52.693
2025	54.145	40.541	66.010	52.313
2026	54.145	38.741	65.083	49.679
2027	44.474	25.101	55.411	36.038
2028	41.045	20.934	51.983	31.872
2029	41.045	20.934	51.983	31.872
2030	37.299	20.934	48.236	31.872
2031	14.938	1.937	24.625	11.624
2032	13.000	-	13.000	-
2033	13.000	-	13.000	-
2034	6.000	-	6.000	-
	371.519	248.610	459.810	341.047

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants") apuradas anualmente ao final de cada exercício social

BNDES GEXPO e NCE SAFRA
A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado (i) dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 3,5x, sendo que para o cálculo da razão Dívida Líquida/EBITDA ajustado deverá ser considerado o EBITDA ajustado das Sociedades Investidas que sejam contabilizadas através do método de equivalência patrimonial, no percentual de sua participação societária. No caso de não cumprimento deste indicador, o credor poderá declarar vencimento antecipado. O Grupo precisa de anuência prévia para alteração de controle societário.

(i) EBITDA ajustado: resultado líquido conforme a combinação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas investidas que sejam contabilizadas através do método de equivalência patrimonial, no percentual de sua participação societária, considerando também eventuais resultados proforma das sociedades investidas adquiridas no ano civil, e excluindo: (a) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (b) resultado de participações societárias, calculado pelo método de equivalência patrimonial; (c) receitas e despesas financeiras; (d) receitas e despesas não recorrentes e/ou não operacionais; e (e) depreciação e amortização (incluindo de ágio ou outras). Em caso de sociedades investidas vendidas no último ano civil, esta (s) não deverá (ão) ser considerada (s) na base de cálculo do EBITDA ajustado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia está em conformidade com todas as exigências e cláusulas contratuais restritivas (covenants).

Garantias

Na linha BNDES GEXPO há garantia por Carta Fiança emitida pelo Acionista RTP Administração e Participações Ltda. Os contratos de empréstimos firmados na modalidade NCE possuem bens (guindastes e terreno) dados em garantia.

19 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ISS	1.525	884	1.882	1.185
IRPJ e CSLL	276	-	1.104	609
IRRF	725	587	995	711
PIS e COFINS	72	-	884	682
Outros	1.610	346	2.005	636
	4.208	1.797	6.870	3.922

20 Partes relacionadas

(i) Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria estatutária e conselheiros. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 a título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 4.147 (R\$ 4.496 em 2021). A Companhia e suas controladas não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

(ii) Garantias

Não há garantias prestadas a terceiros. A Companhia presta aval em operações de empréstimos contratadas por suas empresas investidas. O saldo a pagar destas operações em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 72.006 (R\$ 110.069 em 2021).

(iii) Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos e resultado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	Controladora					
	Locação de máquinas (i)		Locação de bens móveis (ii)		Ativos Passivos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
RTP Administração e Participações S.A. (iii)	-	-	-	-	108	92
Rio Barigui Participações S.A.	-	-	-	-	934	857
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	-	-	-	-	-	-
Rio Bacacher Participações S.A. (iv)	-	-	-	-	-	-
Rocha Granelis Sólidos de Exportação S.A.	-	-	-	-	232	231
Rocha RS Terminais e Operadores Portuários (iv)	-	-	-	-	8.300	-
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. (i) e (iv)	614	578	-	-	375	468
Fulport® Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	-	-	-	-	167	226
Superagui Holding Patrimonial S.A. (v)	-	-	(23.784)	(19.332)	-	897
	614	578	(23.784)	(19.332)	34.586	1.874
					1.271	2.361

Saldos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes (iv)	-	-	375	468
Dividendos a receber	-	-	2.719	226
Ativo não circulante				
Contas a receber de clientes (iv)	-	-	1.274	1.180
Mútuo entre partes relacionadas (iv)	-	-	30.218	-
Passivo circulante				
Fornecedores (iv)	-	-	-	1.190
Dividendos a pagar	-	-	-	1.035
Passivo não circulante				
Fornecedores (iv)	-	-	-	81
	-	-	34.586	1.874
	-	-	1.271	2.361

	Controladora					
	Locação de máquinas (i)		Locação de bens móveis (ii)		Ativos Passivos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
RTP Administração e Participações S.A. (iii)	-	-	-	-	108	92
Rio Barigui Participações S.A.	-	-	-	-	934	857
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	-	-	-	-	-	-
Rocha Granelis Sólidos de Exportação S.A.	-	-	-	-	232	231
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	-	-	-	-	-	-
Fulport® Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	-	-	-	-	167	226

Localização de máquinas (i)	Consolidado					
	Locação de bens móveis (ii)		Ativos		Passivos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Companhia Operadora Portuária do Itaquai-COPI	-	-	-	-	2.297	104
Superagui Holding Patrimonial S.A. (v)	-	-	(23.784)	(19.332)	-	897
	-	-	(23.784)	(19.332)	3.738	1.510
	-	-	-	-	897	647

Saldos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes (iv)	-	-	104	104
Dividendos a receber	-	-	2.360	226
Ativo não circulante				
Contas a receber de clientes (iv)	-	-	1.274	1.180
Passivo circulante				
Fornecedores (iv)	-	-	-	897
Dividendos a pagar	-	-	-	647
Passivo não circulante				
Fornecedores (iv)	-	-	-	-
	-	-	3.738	1.510
	-	-	897	647

(i) Refere-se a máquinas a Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda., as quais têm um prazo médio de recebimento de 7 dias.

(ii) Refere-se a despesas de aluguel com imóveis, que são pagas à Superagui Holding Patrimonial S.A., em consonância com as condições e práticas do mercado imobiliário, e de longo prazo, conforme estabelecido no Acordo de Acionistas da Companhia firmado entre a RTP Administração e Participações S.A. e a Rio Barigui Participações S.A. Outras locações de imóveis com prazos mais curtos, de outras empresas de partes relacionadas, são realizadas sempre com a aprovação prévia do Conselho de Administração.

(iii) As contas a receber e a pagar de partes relacionadas são principalmente decorrentes de repasses de direitos e obrigações em comum à Companhia e suas partes relacionadas e aquelas relativas aos processos judiciais com perdas prováveis, cujos reembolsos e/ou pagamentos estão enquadrados em cláusula específica dos Acordos de Investimentos firmados entre os Acionistas. O montante total entre contas a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 108 a receber (R\$ 92 em 2021 a receber), reflexos de registros contábeis constituídos, estando, portanto, sujeitos a compensações com outros débitos e/ou créditos incorridos na Companhia e a confirmação de fluxos de caixa futuros, como por exemplo, as perdas e ganhos em processos judiciais ativos e também passivos com data base dos fatos geradores anteriores à assinatura dos referidos Acordos de Investimentos.

(iv) Refere-se as transações ao longo do exercício entre a Companhia e suas controladas integrais, além de saldos em aberto remanescentes do exercício anterior, e da proposta de distribuição de dividendos, valores que terão a sua destinação deliberada pelos Sócios/Acionistas no exercício de 2023.

(v) Sociedade anônima de capital fechado, com sede em Curitiba - PR, que tem por objeto a exploração de locação de imóveis compreendendo armazéns e terrenos. Parte substancial dos terrenos e armazéns utilizados pela Companhia são locados da Superagui em consonância com as condições e práticas do mercado imobiliário, tendo a maioria dos contratos um prazo de 20 anos e possibilidade de renovação por mais 10 anos. A Companhia é detentora de ação preferencial de classe especial resgatável (Golden Share), que lhe dá poder de proteção quanto a veto em decisões sobre estes imóveis locados a ela, podendo impedir a alienação, oneração de gravames, ônus direitos de retenção, garantias, penhoras, usufruto, entre outros. Também pode vetar alterações de cláusulas dos contratos de locação que versam sobre valores ou reserva de aluguel, prazo de locação, multas e indenizações, hipóteses de rescisão de contratos, regras aplicáveis a benfitorias, entre outros. A Rocha possui somente uma ação que lhe dá poder de proteção exclusivo aos imóveis locados, a qual não se estende para o restante das operações da coligada, de modo que a Companhia não é controladora da Superagui.

21 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos decorrentes do curso normal de seus negócios. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisões nos montantes apresentados abaixo, que são consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis com ações em curso.

Natureza	Controladora			Provisão		
	Saldo em 31/12/2022	Depósitos Resgates 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Provisão constituída	Provisão revertida	Saldo em 31/12/2021
	Cíveis (i)	43.244	5.874	49.118	282	1
Trabalhistas (ii)	91	-	91	8	-	9
Tributárias	43.748	5.874	49.209	8	283	291

Natureza	Controladora			Provisão		
	Saldo em 31/12/2022	Depósitos Resgates 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Provisão constituída	Provisão revertida	Saldo em 31/12/2021
	Cíveis (i)	49.118	6.906	56.024	282	(105)
Trabalhistas (ii)	91	401	492	9	531	540
Tributárias	49.209	7.307	56.516	291	531	716

Natureza	Consolidado			Provisão		
	Saldo em 31/12/2022	Depósitos Resgates 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Provisão constituída	Provisão revertida	Saldo em 31/12/2021
	Cíveis (i)	43.244	5.874	49.118	1.168	380
Trabalhistas (ii)	93	-	93	68	-	69
Tributárias	413	-	413	4.229	615	4.844
	43.750	5.874	49.211	5.465	996	6.461

Natureza	Consolidado			Provisão		
	Saldo em 31/12/2022	Depósitos Resgates 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Provisão constituída	Provisão revertida	Saldo em 31/12/2021
	Cíveis (i)	49.118	6.906	56.024	1.548	347
Trabalhistas (ii)	93	401	494	69	601	670
Tributárias	49.211	7.307	56.516	6.461	1.136	7.497

(i) Refere-se a discussão judicial com a APPA - Associação de Portos de Paranaguá e Antonina, onde a Companhia foi beneficiada por ação coletiva movida pelo Sindicato dos Operadores Portuários - SINDOP, a qual visa a declaração da inconstitucionalidade e ilegalidade dos reajustes das tarifas portuárias que passaram a ser cobradas dos operadores portuários do Estado do Paraná, com base na Portaria 282/2001 do Ministério dos Transportes e na ordem de serviço nº 273/2001. Os valores controversos estão sendo depositados em juízo. O saldo do contas a pagar devido a APPA é reconhecido em outras contas a pagar no passivo não circulante.

(ii) Refere-se, principalmente, a reclamações movidas por ex-empregados, cujos pleitos envolvem o pagamento de verbas rescisórias, adicionais e horas-extras. Todas as perdas incorridas cujos fatos geradores sejam anteriores aos Acordos de Acionistas firmados entre os Acionistas da Companhia são indenizadas, respeitando os prazos limites dos Acordos de Investimentos firmados entre os Acionistas. Além das causas acima mencionadas, a Companhia e suas controladas são reus em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam para a Controladora R\$ 11.960 e no Consolidado R\$ 13.315 (em 2021 Controladora R\$ 8.876 e Consolidado R\$ 9.627). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é composto de 31.574.044 ações ordinárias sem valor nominal, tendo tais ações sido totalmente integralizadas. O capital social está distribuído da seguinte forma entre os acionistas:

	Participação	Ações	Capital
RTP Administração e Participações Ltda	41,98%	13.253.648	13.254
Rio Barigui Participações S.A.	40,17%	12.861.971	12.862
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	17,85%	5.638.225	5.638
	100,00%	31.574.044	31.574

b. Reserva de capital

Refere-se, substancialmente, ao ágio na emissão de ações em decorrência da variação entre o preço de emissão e o valor nominal das ações emitidas em 2010, 2011, 2014 e 2015.

c. Ágio em transação de capital

O valor de R\$ 37.176 refere-se ao ágio auferido pela controlada Rio Bacacher Participações S.A. como resultado da aquisição de 40% da Logística RS Terminais Portuários e Logística S.A. realizada em outubro de 2019. A alocação deste ágio no patrimônio líquido da Companhia foi efetuada em consonância com os dispostos no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e no ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

(Continuação da página -5-)

Passivos					
Fornecedores	16.a	-	37.721	37.721	32.894
Passivo de arrendamento	17	-	167.391	167.391	136.306
Empréstimos e financiamentos	18	-	538.699	538.699	392.999

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de R\$ 201.945 (R\$ 94.393 em 2021) nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 202.416 (R\$ 123.016 em 2021) nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido da provisão para perdas estimadas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento e análise de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia e suas controladas, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

30 Cobertura dos Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Natureza da cobertura

	Montantes segurados
Bens móveis e imóveis (seguro compreensivo)	286.000
Operações da Companhia (seguro compreensivo)	204.000
Responsabilidade civil - administradores (D&O)	45.000
Transporte rodoviário de cargas (RCTR-C e RCF-DC)	11.000
Seguro de vida em grupo	5.850
Riscos diversos - máquinas pequenas	869
Cobertura para veículos (próprios e terceiros)	300

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

31 Informações por segmento

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento. A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com report à Diretoria Estatutária, da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As políticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme nota explicativa 3.

A Companhia atua diretamente e por meio de suas controladas nos portos Paranaguá-PR, São Francisco do Sul-SC, Rio Grande-RS, São Luis do Maranhão-MA e Palmeirante-TO.

Segmentos operacionais

- 1 - Graneis de exportação: representado principalmente pela atividade de recepção, armazenagem e operação portuária (embarque) de commodities agrícolas a granel, destinadas à exportação, principalmente soja e milho. As operações deste segmento são efetuadas pela Rocha Terminais.
 - 2 - Graneis de importação: representado principalmente pela atividade de operação portuária e armazenagem de graneis sólidos de importação, principalmente fertilizantes, e de outros graneis minerais, além de sal, malte, trigo e cevada, dentre outros. As operações deste segmento são efetuadas pela Rocha Terminais, Rocha RS (subsidiária integral), Fullport8 (considera 28,33% dos resultados) e COPI (considera 50,00% dos resultados).
 - 3 - Industrializados: representado principalmente pela atividade de operações portuárias, de logística e de armazenagem, relacionada à exportação de celulose e importação de produtos siderúrgicos e de carga geral. As operações deste segmento são efetuadas pela Rocha Terminais e Porto Seco.
 - 4 - Graneis Líquidos: representado principalmente pela atividade de operação portuária e de armazenagem em tanques, relacionada ao embarque e desembarque de graneis líquidos, como derivados de petróleo, metanol, óleo de soja, etanol, dentre outros. As operações deste segmento são efetuadas pela Cattalini (considera 50,00% dos resultados).
- Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nenhum cliente dos segmentos acima mencionados atingiu 10% de participação na receita bruta consolidada. Todas as receitas dos segmentos acima descritos são geradas no Brasil.

Exercício findo em 31.12.2022

	Graneis Exportação	Graneis Importação	Industrializados	Graneis Líquidos	Institucional	Valores Agregados	Eliminações (controladas em conjunto)	Total
Receita bruta de vendas	144.059	414.794	171.465	266.174	-	996.492	(375.609)	620.883
Deduções da receita	(15.783)	(49.689)	(23.165)	(31.617)	-	(119.253)	45.344	(73.909)
Receita líquida	128.276	366.106	148.300	234.557	-	877.239	(330.265)	546.974
Custo dos serviços prestados	(46.483)	(243.904)	(93.564)	(53.117)	(21.484)	(458.552)	119.059	(339.493)
Resultado operacional	81.793	122.201	54.736	181.441	(21.484)	418.687	(211.206)	207.481
Depreciação e amortização	(28.761)	(47.359)	(10.097)	(13.767)	(1.686)	(101.670)	21.563	(80.107)
Outras (despesas) receitas operacionais	-	(774)	-	(399)	(4.548)	(5.721)	1.173	(4.548)
Receitas financeiras	-	519	-	6.111	19.394	26.024	(6.630)	19.394
Despesas financeiras (i)	-	(2.383)	-	(17.085)	(70.411)	(89.879)	19.468	(70.411)
IR/CS corrente	-	(3.783)	-	(53.776)	(13.953)	(71.512)	57.559	(13.953)
Lucro operacional	53.032	68.422	44.639	102.626	(92.688)	176.929	(118.073)	67.856
Despesas não recorrentes	-	-	-	-	(2.933)	(2.933)	-	(2.933)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	114.348	114.348	-	114.348
IR/CS diferido	-	-	-	-	(16.229)	(16.229)	-	(16.229)
Lucro líquido do exercício	53.032	68.422	44.639	102.626	2.498	271.116	(118.073)	163.042

Exercício findo em 31.12.2021

	Graneis Exportação	Graneis Importação	Industrializados	Graneis Líquidos	Institucional	Valores Agregados	Eliminações (controladas em conjunto)	Total
Receita bruta de vendas	71.991	380.849	132.865	229.868	-	815.573	(319.965)	495.608
Deduções da receita	(7.474)	(40.342)	(17.393)	(23.477)	-	(88.686)	34.866	(53.820)
Receita líquida	64.517	340.508	115.472	206.391	-	726.887	(285.099)	441.788
Custo dos serviços prestados	(30.740)	(226.689)	(83.591)	(49.324)	(17.072)	(407.416)	108.548	(298.868)
Resultado operacional	33.777	113.818	31.881	157.067	(17.072)	319.471	(176.551)	142.920
Depreciação e amortização	(23.471)	(44.249)	(8.311)	(12.868)	(4.094)	(92.992)	18.844	(74.148)
Outras (despesas) receitas operacionais	-	(1.830)	-	(1.774)	(9.674)	(13.478)	3.604	(9.674)
Receitas financeiras	-	288	-	2.535	7.512	10.335	(2.623)	7.512
Despesas financeiras (i)	-	(2.894)	-	(7.964)	(29.515)	(40.373)	10.858	(29.515)
IR/CS corrente	-	(2.066)	-	(46.960)	(7.670)	(56.716)	49.046	(7.670)
Lucro operacional	10.306	63.047	23.570	90.036	(60.713)	126.246	(97.021)	29.225
Despesas não recorrentes	-	-	-	-	(28.311)	(28.311)	-	(28.311)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	88.483	88.483	-	88.483
IR/CS diferido	-	-	-	-	11.187	11.187	-	11.187
Lucro líquido do exercício	10.306	63.047	23.570	90.036	10.846	197.606	(97.021)	100.584

(i) Inclui o resultado com provisão para perda esperada com clientes.

29 Informação suplementar às demonstrações de fluxo de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Reversão de dividendos a receber	-	6.797	-	574
Dividendos propostos por investidas e ainda não recebido	(2.719)	(226)	(2.360)	(226)
Dividendos pagos por investidas	226	33.565	226	33.565
Juros capitalizados no exercício	(18.525)	(18.905)	(16.525)	(19.684)
IRPJ/CSLL sobre juros capitalizados no exercício	15.449	-	16.007	833
Aquisição de ativos a pagar	-	-	3.412	9.000
Atualização ativo de direito de uso de arrendamento	(41.656)	(26.919)	(58.850)	(32.239)
Atualização passivo de arrendamento	48.066	31.310	66.447	37.295

DIRETORIA

Juliano Mattar Dell' Agnolo
Diretor Presidente

Rivadavia Simão
Diretor Administrativo Financeiro

Mauro Prouença
Contador CRC/SC 036.682/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.
Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Curitiba, 20 de março de 2023
- KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR
Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

BEM PARANÁ

Informação vai bem.

Casos de câncer entre homens avançam 67% em nove anos no PR
Nesse mesmo período, câncer feminino teve alta de 57%. Dados são do Ministério da Saúde.

Quase metade dos curitibanos diz o Ministério da Saúde

ONG ensina jovens com deficiência a desenvolver aplicativos

Estado nacional

Metropole

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Fórum Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.316/0001-40
Horário: 08h30 às 17h00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **AMAUÍRE GONCALVES ANDRADE**, brasileiro, solteiro, coordenador de monitoramento, portador da CI nº 6.411.562-6-SSP-PR e do CPF/MF nº 004.286.319-09, residente e domiciliado na Rua Terézinha Ramos Ferreira, nº 35, no Bairro Capuru, na Cidade de Curitiba-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADO**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamento de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 3814/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 15/03/2023 corresponde a R\$ 5.415,52 (cinco mil e quatrocentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos), e a atualização monetária, nos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Imóvel, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia no Sistema Financeiro de Habitação - Carta de Crédito Individual FGTS/Programa Minha Casa Minha Vida - CCFGS/PMCMV - SFH - com Utilização do FGTS do(s) Devedor(es) - nº **8.444.0868211-7**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande-PR**, em 02 de abril de 2015, registrado sob o nº **R-3** na matrícula nº **43.984** desta Serventia, referente a **UNIDADE 03 (TIPO SOBADO)**, integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DONA ROSA**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, tendo 2 pavimentos, área total da construção de **66,00 m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V.S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 16 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escritvente Indiciada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinado por: FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofjg.com.br Código validador: S1H4DTZBAR7

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Fórum Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.316/0001-40
Horário: 08h30 às 17h00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **EMILY CRISTHIE VIEIRA**, pensionista, portadora da CI nº 11.116.043-0-SSP-PR e do CPF/MF nº 123.215.029-08, solteira, com união estável desde 17/02/2019 com seu cônjuge **LUIZ EDUARDO DANTAS MACHADO**, auxiliar de produção, portador da CNH nº 06766105562, expedida por Orgão de Trânsito-PR, e do CPF/MF nº 052.088.399-02, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Francisco Claudino Ferreira, nº 641, Mal. Bairro Pinheirão, na Cidade de Curitiba-PR, que ficam pelo presente Edital, **INTIMADOS**, não sendo possível intimá-los pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamento de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 4728/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 15/03/2023 corresponde a R\$ 5.978,56 (cinco mil e novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), e a atualização monetária, nos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Unidade Concluída, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia - Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) - nº **8.787.0656608-8**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de **Curitiba-PR**, em 18 de setembro de 2019, registrado sob o nº **R-6** na matrícula nº **51.749** desta Serventia, referente a **UNIDADE 37 (TIPO CASA)** integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ALICE TIEKO IV**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área total da construção de **43,00 m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V.S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 16 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escritvente Indiciada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinado por: FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofjg.com.br Código validador: ZG08K404VOA

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Fórum Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.316/0001-40
Horário: 08h30 às 17h00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **MARCELO GUERRA SOARES**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da CI nº 7.976.202-4-SSP-PR e do CPF/MF nº 041.098.779-46, residente e domiciliado na Rua Francisco Sturino de Andrade, nº 435, Sítio Cercado, na Cidade de Curitiba-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADO**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamento de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 4607/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 15/03/2023 corresponde a R\$ 2.605,22 (dois mil e seiscentos e cinco reais e vinte e dois centavos), e a atualização monetária, nos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Terreno e Mútuo para Construção de Unidade Habitacional, Alienação Fiduciária em Garantia, Fiança e Outras Obrigações - Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) - Recursos do FGTS com Utilização dos Recursos da Conta Vinculada do FGTS do(s) Devedor(es) - nº **8.787.0426264-2**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de **Curitiba-PR**, em 30 de agosto de 2018, registrado sob o nº **R-3** na matrícula nº **61.593** desta Serventia, referente a **CASA 79 (setenta e nove)** integrante do **RESIDENCIAL BELA VISTA**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área total construída exclusiva de **42,0000m²** que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V.S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 16 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escritvente Indiciada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinado por: FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofjg.com.br Código validador: NDBH7JAVNYI

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Fórum Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.316/0001-40
Horário: 08h30 às 17h00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **KARLA MANOELA SANTOS PEREIRA**, vendedora, portadora da CI nº 2.190.224-4-Polícia Civil/MG e do CPF/MF nº 085.815.459-55, casada pelo regime de **comunhão parcial de bens na vigência da lei 6.515/77 em 10/02/2012**, e seu cônjuge **JADSON MESSIAS GOMES DOS SANTOS** auxiliar de escritório e assemblheiro, portador da CI nº 1.729.413-4-Polícia Civil/MG e do CPF/MF nº 108.223.146-06, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na Rua João Florisnundo Albert, nº 293, Apartamento 06, Bairro Roça Grande, na Cidade de Colombo-PR, que ficam pelo presente Edital, **INTIMADOS**, não sendo possível intimá-los pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamento de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 4604/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 15/03/2023 corresponde a R\$ 3.543,83 (três mil e quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos), e a atualização monetária, nos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Unidade Concluída, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia - Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV - Recursos FGTS - com Utilização dos Recursos da Conta Vinculada do FGTS do(s) Devedor(es) - nº **8.787.0375440-1**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de **Curitiba-PR**, em 26 de junho de 2018, registrado sob o nº **R-3** na matrícula nº **53.580** desta Serventia, referente a **UNIDADE 17 (dezessete)** integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JABUTI I**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área total da construção de **41,80m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V.S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 14 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escritvente Indiciada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinado por: FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofjg.com.br Código validador: 9RSZS2MZYJ7

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Fórum Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.316/0001-40
Horário: 08h30 às 17h00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **FRANCK RODRIGO MORAIS**, brasileiro, divorciado, titubador de instalações de processamento químico, portador da CI nº 8.567.208-8-SSP-PR e do CPF/MF nº 060.463.539-71, residente e domiciliado na Rua José Cubas Martins, nº 94, Bairro Uberaba, na Cidade de Curitiba-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADO**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamento de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 4601/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 15/03/2023 corresponde a R\$ 4.394,82 (quatro mil e trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e dois centavos), e a atualização monetária, nos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Unidade Concluída, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia - Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV - Recursos do FGTS - com Utilização dos Recursos da Conta Vinculada do FGTS do(s) Devedor(es) - nº **8.787.0312940-0**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de **Curitiba-PR**, em 05 de abril de 2018, registrado sob o nº **R-3** na matrícula nº **60.554** desta Serventia, referente a **CASA 53** integrante do **RESIDENCIAL SAN MARINO**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área total construída exclusiva de **42,0000m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V.S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 15 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escritvente Indiciada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinado por: FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofjg.com.br Código validador: HDV8Y7MVZPZ

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Fórum Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.316/0001-40
Horário: 08h30 às 17h00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **PRISCILLA MARTINS DOS SANTOS**, brasileira, solteira, maior, auxiliar de escritório, portadora da CI nº 8.732.441-9-SSP-PR e do CPF/MF nº 953.925.399-73, residente e domiciliada na Rua Aduy C Mendonça, nº 73, na Cidade de Curitiba-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADA**, não sendo possível intimá-la pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamento de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 4602/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 15/03/2023 corresponde a R\$ 34.853,13 (trinta e quatro mil e oitocentos e cinquenta e três reais e treze centavos), e a atualização monetária, nos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Terreno e Mútuo para Construção de Unidade Habitacional, Alienação Fiduciária em Garantia, Fiança e Outras Obrigações - Programa Minha Casa, Minha Vida - (PMCMV) - Recursos do FGTS - nº **8.787.0174785-8** com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de **Curitiba-PR**, em 28 de agosto de 2017, registrado sob o nº **R-5** na matrícula nº **57.453** desta Serventia, referente a **CASA 40 (quarenta)**, **UNIDADE TIPO B5**, integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SPAZIO VERDE II**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área privativa coberta de **40,69m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V.S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 16 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escritvente Indiciada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinado por: FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofjg.com.br Código validador: XLS268LHDH9

Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Fórum Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.316/0001-40
Horário: 08h30 às 17h00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **ANDRIELLI BARBOSA PORFÍRIO**, brasileira, administradora, portadora da CNH nº 07407723167-Deiran/PR e do CPF/MF nº 084.666.999-45, solteira, residente e domiciliada na Rua Herbert Spencer, nº 262, Bairro Aristocrata na Cidade de São José dos Pinhais-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADA**, não sendo possível intimá-la pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamento de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 3539/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 03/03/2023 corresponde a R\$ 7.182,94 (sete mil e cento e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos), e a atualização monetária, nos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Venda e Compra de Imóvel, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia no SFH - Sistema Financeiro da Habitação - nº **1.4444.1754083-6**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de **Curitiba-PR**, em 18 de fevereiro de 2022, registrado sob o nº **R-3** na matrícula nº **70.392** desta Serventia, referente a **UNIDADE 02 (TIPO CASA)** integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL L.J. CONIN XXX**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área total da construção de **53,50 m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica **INTIMADO V.S.** para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, **CIENTIFICADO V.S.**, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 06 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escritvente Indiciada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinado por: FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO em 27/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofjg.com.br Código validador: NOCOBJS00RN

COMUNICADO DE EXTRAVIO DE LIVROS FISCAIS SOCIETÁRIOS

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A., com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP/NIRE 41901079719, CNPJ 02.351.144/0030-52, IE: 9049148191 com sede Avenida Volkswagen Audi, 2001, Campo Largo da Roseira, São José dos Pinhais - PR. **Comunica à Praça** e ao mercado em geral, para todos os fins de direito, o **Extravio** do seguinte livro: (i) Livro Modelo 6 - Número de Ordem 1 preenchido - Termo de Ocorrências.

SANEPAR **PARANÁ**
GOVERNO DO ESTADO

A **Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR** torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8192 do seguinte empreendimento: Ampliação da ETE Balsa Nova. Endereço: 100 m da esquina com Rua João de Sousa França, Município: Balsa Nova/PR. Validade: 14/03/2029.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO N.º 023/2023 - TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2023

O Município de Bituruna, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 81.648.859/0001-03, torna público a realização de licitação, no dia **04/05/2023 às 09:00 horas**, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, visando a prestação de serviços especializado, com prazo determinado de suporte técnico, manutenção e parametrização nos sistemas responsáveis pela geração do SIM-AM TCE-PR. O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados, no site: www.bituruna.pr.gov.br, ou na Av. Dr. Oscar Geyer, 489, Centro, CEP: 84640-000, Município de Bituruna - PR. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 0800-988-9817. Rodrigo Rossoni - Prefeito Municipal.

SISMUC
INSTITUCIONAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DE CURITIBA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

A Coordenadora Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba - SISMUC, no uso de suas atribuições, convoca todos os Servidores Públicos Municipais de Curitiba para Assembleia Geral Extraordinária, que ocorrerá no dia, 31 de março de 2023, sexta-feira, no auditório do 2º andar do SISMUC, localizado na Rua Monsenhor Celso, 225, Centro nesta Capital, às 20h:30 (vinte horas e trinta minutos) em primeira convocação e às 21h:00 (vinte e uma horas) em segunda convocação, tendo como pauta:

Pauta:
Eleição para escolha dos seguintes conselheiros:
1. - Conselho Fiscal do IPMC;
2. - Conselho Administrativo do IPMC;
3. Informes e outros assuntos.

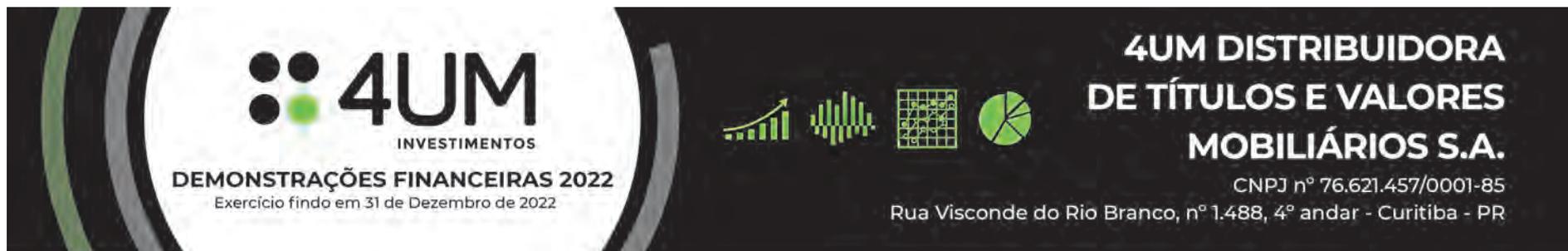
Curitiba, 28 de março de 2023

Coordenadora Geral do SISMUC
Juliana de Fátima Mildemberg de Lara

Emissão de Licença Ambiental Simplificada

A Empresa abaixo, torna público que **recebeu** do IAT, **Licença Ambiental Simplificada** para o empreendimento a seguir:

Empresa: **MAQTRANS LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E TRANSPORTE LTDA.**
Atividade: Transporte Rodoviário de carga e resíduos não perigosos.
Endereço: Rua Angelin Domingos Carli, nº 50, sala 2, Vila Delurdes
Município: Campo Largo
Licença nº 292001-R1 - Validade 24/03/2029



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A 4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("DTVM") atua com foco na atividade de administração de recursos de terceiros desde 2001. Com a segregação das atividades de gestão de recursos na 4UM Gestão de Recursos Ltda. ("Gestora" e, em conjunto com a DTVM, "4UM"), especializou-se na prestação de serviços de administração fiduciária para fundos de investimento geridos pela Gestora.

A 4UM está focada na entrega de resultados com consistência através de estratégias bem definidas. Alamos os serviços de gestão oferecidos pela Gestora com a administração fiduciária realizada pela DTVM para garantir os melhores níveis de controle e transparência do mercado. Temos equipes especializadas e oferecemos atendimento customizado a clientes institucionais por meio de uma estrutura sólida de governança. Prezamos pela segurança dos investimentos e pela transparência das operações e temos o compromisso de elevar os padrões de conduta profissional no mercado de capitais, manter processos diligentes e, através de um trabalho de alocação eficiente de capital, promover o bem-estar da sociedade.

Após o encerramento de cada exercício social, a Diretoria elabora as demonstrações

financeiras exigidas pela Lei nº 6.404 de 1976, ficando facultado à Companhia, observadas as disposições legais vigentes, levantar balanço semestral, trimestral e/ou mensal, podendo declarar dividendos intermediários e intercalares, ou pagamento de juros sobre capital próprio.

Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções ora mencionadas, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício. O percentual remanescente do lucro líquido poderá ser destinado para o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o

4UM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 76.621.457/0001-85

Rua Visconde do Rio Branco, nº 1.488, 4º andar - Curitiba - PR

BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante		6.756	6.336	Circulante		609	400
Disponibilidades	4	124	5.866	Outras obrigações		609	400
Instrumentos Financeiros	4	6.101	-	Sociais e estatutárias		33	68
Outros créditos		531	470	Fiscais e previdenciárias	6.a	345	184
Rendas a receber	5.a	531	470	Diversas	6.b	231	148
Não Circulante		1.036	1.040	Patrimônio líquido		7.183	6.976
Outros créditos		885	820	Capital social		4.500	4.500
Diversos	5.b	885	820	De domiciliados no País		317	317
Investimentos		9	9	Reserva de capital		2.366	2.159
Outros investimentos		10	10	Reservas de lucros		-	-
Provisão para perdas		(1)	(1)				
Imobilizado de uso		142	211				
Outras imobilizações de uso		464	531				
Depreciações acumuladas		(322)	(320)				
Total		7.792	7.376	Total		7.792	7.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Estatutária		
Saldos em 01 de janeiro de 2021	4.500	317	687	1.334	-	6.839
Resultado do exercício	-	-	-	-	138	138
Destinações:						
Reserva legal	-	-	7	-	(7)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	131	(131)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.500	317	694	1.465	-	6.976
Mutações do exercício	-	-	7	131	(138)	-
Saldos em 01 de janeiro de 2022	4.500	317	694	1.465	-	6.976
Resultado do exercício	-	-	-	-	338	338
Destinações:						
Reserva legal	-	-	33	-	(33)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	305	(305)	-
Dividendos	-	-	-	(131)	(131)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.500	317	727	1.639	-	7.183
Mutações do exercício	-	-	33	174	207	-
Saldos em 01 de julho de 2022	4.500	317	694	1.145	-	6.656
Resultado do segundo semestre	-	-	-	-	657	657
Destinações:						
Reserva legal	-	-	33	-	(33)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	624	(624)	-
Dividendos	-	-	-	(131)	(131)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.500	317	727	1.639	-	7.183
Mutações do semestre	-	-	33	493	526	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A 4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("DTVM") é uma sociedade anônima fechada de direito privado constituída e com sede no Brasil, na Rua Visconde do Rio Branco, 1488 - 4º andar, Centro, Curitiba, Paraná. Com base no acordo de acionistas, ficou definido como grupo de controle os seguintes acionistas: Cristiano Malucelli, Alexandre Malucelli, Gabriel Malucelli, Julia Malucelli, Paola Malucelli de Arruda e Monica Malucelli do Amaral. O instrumento particular foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 3 de dezembro de 2020.

A DTVM tem como objeto social a administração de carteiras de valores e fundos de investimento, a custódia de títulos e valores mobiliários e o lançamento de títulos e valores mobiliários, públicos e particulares.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Banco Central do Brasil até o momento, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da DTVM evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. Em 27 de março de 2023, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras e sua divulgação a partir dessa data.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essa estimativa poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A DTVM revisa as estimativas e premissas periodicamente.

c. Caixas e equivalentes a caixa

O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

d. Instrumentos Financeiros

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data.

(i) Títulos disponíveis para a venda

Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

(iii) Títulos para negociação

Compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

e. Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

f. Imobilizado de uso

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica, observando-se as seguintes taxas anuais: 4% para imóveis de uso, 10% para móveis e utensílios, instalações, equipamentos de uso e sistema de segurança, e 20% para equipamentos de informática, sistema de processamento de dados e sistemas de comunicação.

g. Passivo circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas "pró-rata temporis".

montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Em 2022, diante de um cenário de incertezas fiscais e elevações de taxas de juros, a DTVM continuou cumprindo papel importante para seus clientes, encerrando o ano com uma receita de prestação de serviços de R\$ 4.472 e um lucro líquido de R\$ 338, crescimentos de, respectivamente, 7% e 144% em relação ao ano anterior.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e aos nossos colaboradores pelo esforço e competência que possibilitaram os resultados alcançados neste exercício.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil quotas)

	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Receita da intermediação financeira		334	619	242
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		334	619	242
Resultado bruto da intermediação financeira		334	619	242
Outras receitas (despesas) operacionais		669	(156)	35
Receita de prestação de serviços	11	2.539	4.472	4.173
Despesas de pessoal		(716)	(2.005)	(1.995)
Outras despesas administrativas	9	(791)	(1.888)	(1.661)
Despesas tributárias		(266)	(503)	(524)
Outras despesas operacionais		(97)	(232)	42
Resultado operacional		1.003	463	277
Outras receitas (despesas)		88	109	13
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	7	1.091	572	290
Imposto de renda e contribuição social		(401)	(201)	(69)
Imposto de renda - corrente		(112)	(112)	(33)
Contribuição social - corrente		(89)	(89)	(36)
Imposto de renda - diferido		(125)	-	-
Contribuição social - diferido		(75)	-	-
Participações no lucro		(33)	(33)	(83)
Lucro líquido do exercício		657	338	138
Número de quotas - em milhares	8	45.000	45.000	45.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		14,60	7,51	3,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Lucro líquido do exercício	657	338	138
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente	657	338	138
Resultado abrangente total	657	338	138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		1.096	610	262
Lucro líquido ajustado do período		657	338	138
Ajustes:				
Depreciações e amortizações		38	71	55
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	401	201	69
Variações dos ativos e obrigações		(265)	(118)	78
Outros créditos		(278)	(126)	205
Outras obrigações		214	209	(32)
Impostos pagos		(201)	(201)	(95)
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais		831	492	340
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		-	(2)	(77)
Aquisição de imobilizado de uso		-	(2)	(77)
Distribuição de Lucros		(131)	(131)	-
Disponibilidades líquidas consumidas nas atividades de investimentos		(131)	(133)	(77)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		700	359	263
Modificação na posição financeira				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	5.525	5.866	5.603
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	6.225	6.225	5.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

h. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 15%. Contudo, a Medida Provisória nº 1.115/2022, convertida na Lei nº 14.416 de 02/09/2022, alterou a Lei nº 7.689 de 15/12/1988 e elevou a contribuição social de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022 de 15% para 16%.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a DTVM possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As constituições para as contingências civis e trabalhistas são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes, apesar da premissa inerente ao prazo e ao valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação. Obrigações Legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que

4UM INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022



4UM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 76.621.457/0001-85

Rua Visconde do Rio Branco, nº 1.488, 4º andar - Curitiba - PR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

j. Resultado recorrente e não recorrente

As políticas internas da DTVM consideram como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social previsto em seu Estatuto Social. Além disso, considera-se como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. O resultado da DTVM no exercício de 2022, no montante de R\$ 338, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes (R\$ 138 em 31 de dezembro de 2021).

4 CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Referem-se a disponibilidades e operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	124	5.866
Instrumentos Financeiros		
Operações compromissadas - Posição bancada	6.101	-
Letras Financeiras do Tesouro	6.101	-
Total	6.225	5.866

5 OUTROS CRÉDITOS

a. Rendas a receber

Representados por valores a receber dos fundos administrados e/ou distribuídos pela DTVM no montante de R\$ 531 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 470 em 31 de dezembro de 2021).

b. Diversos

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos a recuperar ⁽ⁱⁱ⁾	877	820
Adiantamentos diversos	8	-
Total	885	820

(ii) A DTVM entrou com o pedido de restituição destes créditos perante a Receita Federal, o qual está em andamento, tendo prazo legal de até 5 anos.

6 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a. Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	112	-
CSLL	89	-
IRRF	18	25
INSS	40	88
ISS	50	41
PIS	4	3
COFINS	24	17
FGTS	6	8
Outros	2	2
Total	345	184

b. Diversas

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Provisão para pagamento a efetuar ⁽ⁱⁱ⁾	231	148
Total	231	148

(ii) Refere-se à provisão de férias, 13º salário e fornecedores diversos.

7 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social (após participações no lucro)	572	290
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas vigentes	(221)	(130)
Adições/Exclusões permanentes	17	24
Demais ajustes	3	37
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado diferido/corrente	(201)	(69)

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da DTVM é de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 25.020.004 (vinte e cinco milhões, vinte mil e quatro) ações ordinárias e 19.979.996 (dezenove milhões, novecentas e setenta e nove mil, novecentas e noventa e seis) ações preferenciais.

b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída considerando 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido da DTVM, podendo ser convertida em capital social por deliberação de seus acionistas e reduzida pelo pagamento de dividendos. Será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto, os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício.

Os dividendos podem ser constituídos com base em balanços intermediários ou final e a critério dos acionistas, distribuídos a partir de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram destacados dividendos ou juros sobre o capital próprio. As destinações serão deliberadas na AGO de abril de 2023. Em 30 de abril de

2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição aos acionistas de R\$ 131 a título de dividendos referente ao exercício de 31 de dezembro de 2021.

9 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Serviços técnicos especializados (a)	(265)	(522)	(720)
Processamento de dados	(216)	(379)	(275)
Despesas com alugueis	(124)	(232)	(195)
Despesas com viagens	(69)	(257)	(99)
Despesas com publicações	(2)	(19)	(14)
Despesas do sistema financeiro	(4)	(57)	(84)
Propaganda e publicidade	(9)	(142)	(50)
Despesas com comunicações	(1)	(11)	(12)
Despesas com transportes	(1)	(6)	(7)
Contribuição entidades de classe	(7)	(13)	(18)
Despesas com depreciação	(38)	(71)	(55)
Despesas com Brindes	(5)	(23)	-
Seguros	-	(53)	-
Despesas com reembolso de refeições	(20)	(45)	-
Outras	(30)	(58)	(132)
Total	(791)	(1.888)	(1.661)

(a) Refere-se principalmente a despesas pagas a terceiros, incluindo taxas de controladoria dos fundos administrados pela DTVM.

10 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da DTVM incluem as empresas relacionadas abaixo e pessoas-chave da Administração e seus familiares próximos. A DTVM não possui transações com o grupo de controle.

Pessoas-chave da administração são definidas como aquelas que têm autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

As partes relacionadas da DTVM incluem as empresas relacionadas abaixo e pessoas-chave da Administração e seus familiares próximos. A DTVM não possui transações com o grupo de controle.

Pessoas-chave da administração são definidas como aquelas que têm autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

Descrição	31/12/2022				
	Ativo (Passivo)	Receitas 2º Semestre	Despesas 2º Semestre	Receitas 12 meses	Despesas 12 meses
Disponibilidades (a)	112	-	-	-	-
Aplicações no mercado aberto (a)	-	310	-	571	-
Remuneração da Administração (b)	(33)	-	334	-	529
Aluguel	-	-	39	-	86
Ressarcimento de despesas (c)	-	57	185	57	310
Serviços de Tecnologia da informação (d)	-	-	40	-	80
Taxa de administração - fundos exclusivos	8	133	-	310	-

Descrição	31/12/2021				
	Ativo (Passivo)	Receitas 2º Semestre	Despesas 2º Semestre	Receitas 12 meses	Despesas 12 meses
Disponibilidades (a)	5.849	-	-	-	-
Aplicações no mercado aberto (a)	-	143	-	207	-
Remuneração da Administração (b)	(68)	-	259	-	424
Aluguel	-	-	36	-	75
Ressarcimento de despesas (c)	-	17	178	41	268
Serviços de Tecnologia da informação (d)	-	-	36	-	71
Taxa de administração - fundos exclusivos	6	55	-	92	-

(a) Transações pactuadas com o Paraná Banco S.A.
(b) Refere-se à remuneração do pessoal chave da Administração.
(c) Refere-se à reembolso de despesas originadas de serviços prestados por empresa do Grupo.

(d) Refere-se a serviços prestados pela JMaluelli Serviços de Tecnologia Ltda.

As partes relacionadas são as seguintes:

Paraná Banco S.A., 4UM Gestão de Recursos Ltda., Junto Seguros S.A., Junto Resseguros S.A., Junto Holding Brasil S.A., Junto Holding Latam S.A., Junto Controle de Riscos Ltda., J Maluelli Administração e Participação e suas controladas não financeiras, destacando-se a Companhia Paranaense de Construção, CPE Participações S/A, MLR Locações de Máquinas S/A, J Maluelli Equipamentos S/A, J Maluelli Serviços de Tecnologia Ltda., J Maluelli Futebol S/A, Porto de Cima Corretora de Seguros Ltda., Invest Bens Administradora de Bens S/A., Ventus Holding de Energia Eólica Ltda., Porto de Cima Concessões S.A., e Porto de Cima Incorporações Ltda..

11 RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receita de Prestação de Serviços (a)	2.539	4.472	4.173

(a) A receita de prestação de serviços refere-se aos serviços de administração fiduciária e distribuição de cotas de fundos de investimento.

12 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Patrimônio líquido exigido (acordo de Basileia)

A DTVM mantém patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, calculado de forma consolidada com o Paraná Banco S.A., com o qual constitui o Conglomerado Prudencial nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e normas posteriores. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido ajustado representava 21,33% (24,53% em 31 de dezembro de 2021), superior, portanto, ao mínimo de 10,5%, estabelecido pelas Resoluções nº 4.955/21 e 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional, dos ativos ponderados por risco.

b. Contingências ativas e passivas

A DTVM não possui contingências ativas ou passivas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 considerando a regulamentação em vigor (Res. BACEN nº 3.823/09 e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

c. Instrumentos financeiros derivativos

A DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

13 ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

A DTVM é parte integrante do Conglomerado Financeiro do Paraná Banco S.A. e a estrutura de gerenciamento de risco é monitorada dentro desse contexto, tendo como objetivo atuar sob diferentes aspectos de riscos inerentes ao negócio, conforme descritos a seguir:

• Identificação e Avaliação de Riscos

Processos de Identificação e Mensuração de Riscos

O perfil de risco e o grau de tolerância face à natureza dos riscos estão explicitados nas políticas constantes do Manual de Controles Internos e Compliance ("Manual"). Os procedimentos de gerenciamento dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito e fiduciário relacionados aos fundos de investimento sob administração da DTVM estão descritos no Manual e são monitorados pelo Comitê de Riscos da Instituição.

Dada a existência do Conglomerado, os controles relacionados a risco de mercado e risco de liquidez da DTVM são executados no âmbito do Conglomerado.

Os riscos a que o Conglomerado está exposto são de pleno conhecimento da diretoria, o que permite o acompanhamento e a verificação do cumprimento dos níveis de tolerância ao risco e das políticas e procedimentos de gestão de risco, no sentido de possibilitar a prevenção ou a detecção e correção das deficiências relevantes.

Risco de Mercado

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado do Conglomerado segue as bases estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e é compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado contempla metodologias e ferramentas para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco. Desta forma, o Conglomerado, em cumprimento às disposições das Resoluções nº 3.464/07 e nº 4.557/17, gerencia o risco de mercado em total consonância com as disposições regulamentares e as melhores práticas do mercado.

De modo geral, o Conglomerado utiliza as seguintes metodologias para avaliar o risco de mercado, facilitando a análise e percepção sobre o quadro de risco ao qual as instituições estão expostas:

• Teste de sensibilidade: As sensibilidades demonstram o impacto da mudança de um determinado parâmetro de mercado sobre o valor da carteira do Conglomerado. Portanto, elas são uma importante medida para o gerenciamento da exposição e estrutura da carteira do Conglomerado: Para uma carteira de renda fixa, o efeito da alteração da estrutura a termo da taxa de juros por 1 ponto-base (0,01) é a principal medida de sensibilidade;

• Teste de estresse: Os cenários generalizam as sensibilidades, pois com o impacto do movimento, uma gama inteira de parâmetros de mercado é considerada ao mesmo tempo. Os resultados de um teste de estresse dão uma informação complementar da potencial perda da carteira da instituição para cenários de ruptura de mercado, situação que o modelo padrão de VaR não consegue prever. Os cenários de estresse são estabelecidos em conjunto com as áreas de negócio e são revisados anualmente. Caso haja necessidade de reavaliação, face a alterações substanciais nas condições do mercado, essas serão discutidas no Comitê de Riscos e Capital;

• VaR: O Value-at-Risk (valor em risco) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (holding period), sob condições normais de mercado. Para o VaR regulatório reportado localmente, por exemplo, o nível de confiança adotado é de 99% e 10 dias de holding period;

• Backtesting: É um elemento-chave para a validação do modelo interno de risco de mercado adotado pela Instituição, sendo também um requerimento da autoridade reguladora. Consiste no teste da razão de verossimilhança para testar o número de perdas acima do grau de confiança esperado, servindo para identificar as falhas dos modelos de VaR e os fatores que precisariam de ajustes;

• Nil: O Net Interest Income se caracteriza por ser uma metodologia de mensuração de margem financeira, utilizada para cálculo de exposição ao risco de taxas de juros dos títulos classificados na carteira de não negociação ("Banking").

Os modelos adotados pelo Conglomerado estão documentados e disponíveis na área de Gestão Integrada de Riscos.

Risco de Liquidez

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez do Conglomerado segue as bases estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e é compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da exposição ao risco de liquidez.

O responsável pelo gerenciamento do risco de liquidez executa diferentes análises de cenários na projeção do fluxo de caixa, levando em consideração fatores internos e externos, bem como elabora relatórios (condições de resgates e análise da contratação dos vencimentos dos produtos de captação, balanço de indexadores, etc.) que permitem o monitoramento dos riscos assumidos e realiza avaliações para identificar posições que coloquem em risco a situação econômico-financeira do Conglomerado.

São realizados, periodicamente, testes de estresse no fluxo de caixa, com cenários extremos para diferentes variáveis.

Controles Relativos ao Gerenciamento de Riscos

Em função do Conglomerado, os limites para a gestão dos riscos de mercado e de liquidez da DTVM são documentados através de atas dos Comitês de Riscos e Capital.

Os limites dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito e fiduciário relacionados aos fundos de investimento sob administração da DTVM estão descritos no Manual e são monitorados pelo Comitê de Riscos da DTVM.

DIRETORIA

Leonardo Deake Boguszewski
Presidente

Giuliano Silvío Dedini Zorogniotti
Diretor

Luciano Coelho de Magalhães Netto
Diretor

Ricardo Benatti Cunha
Diretor

André Luiz Maluelli
Diretor

CONTADOR RESPONSÁVEL

Hilário Mario Waleśko
Controller - CRC-PR 29.585/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da
4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da 4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 4UM DTVM de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às

instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da

Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se



4UM INVESTIMENTOS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

4UM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ nº 76.621.457/0001-85
Rua Visconde do Rio Branco, nº 1.488, 4º andar - Curitiba - PR

-★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo

da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DTVM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da DTVM. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Rodrigo de Mattos Lia
Contador - CRC 1SP252418/O-3

www.paranabanco.com.br

GESTOR PÚBLICO

Garanta transparência e segurança jurídica para sua gestão.

LEIS FEDERAIS:

8.639/93 | 6.404/76 art. 1º | 6.404/76 art. 289

13.818/19 | 8.934/94 | 14.230/21

Prestar contas dos atos de governo em jornal é lei e prova de respeito ao cidadão. E é, também, uma forma simples de garantir mais tranquilidade em meio aos complicados aspectos legais da administração pública. **Siga a lei da transparência, da segurança jurídica e da ética.** Publique seus editais, chamamentos, prestações de contas e balanços nos jornais e revistas filiados ao SINDEJOR-PR.

TIRE SUAS DÚVIDAS | whatsapp 41 99153.2899 | fone 41 98404.4301 | contato@sindejor.com.br

SINDEJOR PR

SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS
DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

Relatório da Administração – 2º Semestre e exercício de 2022

Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas... os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos...

e não há previsão de um final próximo, sem impacto nas operações da Negresco. Para 2023, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 5,39% no ano, a taxa SELIC em 12,5% e o PIB com crescimento de 0,77%. Também, há algumas incertezas no cenário econômico com mudanças que podem acontecer na gestão do novo governo que tomou posse no início deste ano...

de R\$ 10.767. O Patrimônio líquido encerrou o exercício totalizando R\$ 80.848. Política de reinvestimento e distribuição de dividendos Os acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. Os dividendos não obrigatórios são destinados através de ata da assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por ata da próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos estão na nota explicativa 19.c. Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital Em março de 2019, a NEGRESCO fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR...), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.506, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional. Foi aprovado e execu-

tado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios aprovados pela Diretoria. Os documentos de gerenciamentos de riscos aprovados estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas. Pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e pela Diretoria. Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 20 e no endereço eletrônico http://www.credipar.com.br/stenovnumeros.aspx. Considerações Finais Por fim, cumpre-nos destacar que o cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financiera, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da NEGRESCO S/A sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos. Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade. Curitiba, 23 de março de 2023.

A Administração

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Table with columns: Nota explicativa, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include ATIVO (Disponibilidades, Instrumentos financeiros, Investimentos, Imobilizado, Intangível) and PASSIVO (Valores financiados a repassar, Contas a pagar, Provisões, Depósitos, Participação no resultado, Patrimônio líquido).

Demonstrações de resultados - Para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

Table with columns: Nota explicativa, 2º Semestre 2022, Exercício 2022, 2º Semestre 2021, Exercício 2021. Rows include Receitas de intermediação financeira, Despesas de intermediação financeira, Outras receitas operacionais, Resultados operacionais, Resultados não operacionais, Resultados antes de contribuições sociais, Lucro líquido do semestre/exercício.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Table with columns: 2º Semestre 2022, Exercício 2022, 2º Semestre 2021, Exercício 2021. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Resultado abrangente do período.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Table with columns: Nota explicativa, Saldo em 1º de janeiro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 1º de janeiro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2022. Rows include Saldo em 1º de janeiro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 1º de janeiro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Demonstração do resultado abrangente - Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

Table with columns: 2º Semestre 2022, Exercício 2022, 2º Semestre 2021, Exercício 2021. Rows include Lucro líquido do período, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente do período.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financiera"), companhia fechada, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. A sede da Financiera fica na Rua João Bettega, 830, bairro Portão - Curitiba - Paraná. O presidente da companhia é o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho e, também, o acionista majoritário. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financiera são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais. Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras Desde o início da pandemia da COVID-19, em meados de março de 2020, a Financiera passou a adotar as orientações dos agentes de saúde, tais como, distanciamento social, medidas de higiene e todos os funcionários foram orientados a realizarem seus trabalhos em suas residências. Aqueles que tinham condições técnicas passaram a trabalhar remotamente, mesmo que o sindical dos trabalhadores permitisse que até 30% dos empregados comparecessem ao local de trabalho. Atualmente, todos os funcionários estão trabalhando de forma presencial, porém, cada funcionário tem a opção de trabalhar um dia por semana de forma remota. Vale destacar que a atividade da Financiera não é de atendimento ao público em suas dependências. As atividades são através de lojistas (correspondentes no país) e os pagamentos são feitos na rede bancária. Quanto ao impacto nas demonstrações financeiras, a Administração vem acompanhando as gerações de operações de crédito e inadimplência e, pelo número apurados, há indícios de que a inadimplência se manteve nos níveis atuais. Tais expectativas estão refletidas no orçamento. A Financiera vai continuar atenta aos acontecimentos e tomará todas as medidas para proteger a integridade dos funcionários, clientes, parceiros de negócio e toda a comunidade. 2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras a. Base de preparação As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. Em 23 de março de 2023, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pela Diretoria. A Diretoria da Financiera foi autorizada a divulgar a partir desta data. b. Moeda funcional A moeda funcional da Financiera é o Real, a qual também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c. Estimativas contábeis A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente. 3 Resumo das principais práticas contábeis As principais práticas contábeis adotadas pela Financiera na elaboração das demonstrações financeiras são: a. Apuração do resultado As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência. b. Ativos e passivos São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. c. Caixa e equivalentes a caixa Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, a caixa e equivalentes a caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem convertibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes a caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. d. Instrumentos financeiros Aplicações interfinanceiras de liquidez Registradas ao custo de aquisição, acessado dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. Operações de crédito Os juros referentes às operações de crédito em dia ou vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, operações vencidas a partir do 60º dia, os juros somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas físicas e jurídicas, características estas da Carteira Comercial. Depósitos e demais instrumentos financeiros. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço. e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:
Intervalo de atraso Percentual de provisão
A vencer 0,50%
Até 14 dias 1,00%
De 15 a 30 dias 3,00%
De 31 a 60 dias 10,00%
De 61 a 90 dias 30,00%
De 91 a 120 dias 50,00%
De 121 a 150 dias 70,00%
De 151 a 180 dias 100,00%
Acima de 180 dias 100,00%
As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após seis baixadas para prejuízo, a menos que não tenham ainda 180 dias de atraso, e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos. As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas inicialmente no mínimo em "A" conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As negociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. f. Ativo Imobilizado Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:
Taxa - %
Instalações 10
Móveis e utensílios 20
Sistema de comunicação e equipamentos 20
Sistema de processamento de dados 20
De acordo com o CPC 01 - (R1) - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificados evidências de impairment nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. g. Ativo Intangível O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de "impairment". Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment) É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment". h. Outros ativos e passivos Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia). i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos Impostos correntes A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240, e inclui incentivos fiscais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% de janeiro a julho de 2022 e de 16% a partir de agosto de 2022. Impostos diferidos Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma na qual a Financiera espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. j. Ativos e passivos contingentes O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. k. Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. l. Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. m. Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas. n. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições. o. Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. k. Lucro por ação O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço. l. Resultado recorrente e não recorrente Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Financiera assume-se que o lucro líquido no exercício de 2022, no montante de R\$ 10.767 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. m. Novas normas aprovadas em 2021 de aplicação futura O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, definiu conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. No artigo 76, consta a exigência da elaboração do plano de implementação da regulamentação contábil e que o plano deve ser aprovado pela diretoria da instituição e divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022. A diretoria da NEGRESCO aprovou o plano em ata do dia 29 de julho de 2022. Resumidamente, o plano de implementação prevê as seguintes fases: Fase 1 - Avaliação; Diagnósticos das mudanças contábeis; e Mapeamentos dos sistemas impactados. Integrações e arquitetura sistêmicas. Fase 2 - Desenho; Refinamento dos planos de ações; Especificações sistêmicas; Desenho de políticas, procedimentos e novos processos; Definição de arquitetura; e Definição de estratégia de transição. Fase 3 - Desenvolvimento; Desenvolvimento de sistemas; Desenvolvimento de novas metodologias de cálculos; Desenvolvimento de modelos de perdas esperadas; e "De-Para" de plano de contas e novos roteiros contábeis. Fase 4 - Testes, homologação e ajustes; Acompanhamento da implantação; Testar as alterações sistêmicas em ambiente de homologação e efetuar ajustes; e Implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados. Fase 5 - Atividades de transição; Definição do novo modelo de divulgação; Apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção; Treinamentos; e As atividades de transição englobam o paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos. Fase 6 - Adoção inicial; Adoção efetiva da Resolução CMN nº 4.966/2021. 4 Caixa e equivalentes de caixa
31/12/2022 31/12/2021
Disponibilidades 200 219
Aplicações interfinanceiras de liquidez 10.906 21.717
Total 11.106 21.936
A taxa média praticada no exercício pela financeira foi de 13,38% (13,59% em 31 de dezembro de 2021) ao mês para empréstimo e de 6,33% (6,16% em 31 de dezembro de 2021) ao mês para financiamento. Durante o semestre e o exercício findos em 31 de dezembro de 2022, a Financiera auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 83.737 e R\$ 159.972 respectivamente (R\$ 145.715 em 31 de dezembro de 2021).

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas em operações de crédito

Table with columns: 2º semestre 2022, Exercício 2022, Exercício 2021. Rows: Saldo do início do período, Constituição (líquida de reversão), Baixa para prejuízo, Saldo final do período.

Foram recuperados, no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2022, créditos no valor de R\$ 8.315 e R\$ 16.227 respectivamente (R\$ 14.626 em 31 de dezembro de 2021), registrados como receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo...

Table with columns: Saldo curva, Deságio, Resultado líquido. Rows: Cessão de carteira prejuízo (Barra Recovery), Outras cessões carteira prejuízos, Total.

Nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve renegociação de operações de crédito. 3.2 Composição da carteira por nível de risco

Table with columns: Nível de Risco, Situação, % de Provisão, % de Emprestimo, Capital de Giro, Provisão, Valor da Provisão. Rows: A Normal, B Normal, C Normal, D Normal, E Normal, F Normal, G Normal, H Normal.

Posição em 31 de dezembro de 2022

Table with columns: Nível de Risco, Situação, % de Provisão, % de Emprestimo, Capital de Giro, Provisão, Valor da Provisão. Rows: A Normal, B Normal, C Normal, D Normal, E Normal, F Normal, G Normal, H Normal.

8 Créditos tributários A Financeira registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura.

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Provisão para contingências trabalhistas, Provisão para contingências cíveis, Outros, Total.

Montante a ser realizado em até 12 meses: 6.383, 5.681. Montante a ser realizado após 12 meses: 1.621, 2.064.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

Table with columns: Saldo Inicial, Constituição, Utilização / Reversão, Saldo Final. Rows: Imposto de renda, Contribuição social, Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ.

Expectativa de realização dos créditos tributários Conforme Resolução 4.842/2020, as instituições financeiras podem elevar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda...

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, Total.

O Valor presente do crédito tributário em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.486 (R\$ 6.610 em 31 de dezembro de 2021), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 16,38% (10,98% em 31 de dezembro de 2021) ao ano para os períodos correspondentes.

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Custo, Depreciação Acumulada, Saldo Líquido. Rows: Instalações, Móveis e equipamentos, Outros, Total.

Movimentação do imobilizado em uso: Saldo inicial, Aquisição, Baixa, Depreciação, Saldo final.

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Custo, Depreciação Acumulada, Saldo Líquido. Rows: Licenças e direitos, Total.

Movimentações do intangível: Saldo inicial, Aquisição, Amortização, Saldo final.

11 Valores financiados a repassar Tratam-se de valores financiados e efetivados nos últimos dias do exercício e que serão repassados aos clientes nos primeiros dias de janeiro.

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Saldo inicial, Aquisição, Amortização, Saldo final. Rows: Serviços prestados a pagar, Contas a pagar, Outros, Total.

O prazo médio de liquidez do grupo fiscais e previdenciários é de 13 dias.

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Provisão para férias, Provisão para despesas, Total.

A realização se dará num prazo médio de 158 dias. 15 Participação no resultado (empregados) Pela convenção sindical da categoria, é devido a participação nos lucros e resultados (PLR) aos empregados em efetiva atividade no final do exercício e, também, para os empregados desligados a partir de 02 de maio, desde que a admissão tenha ocorrido no exercício anterior.

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Provisões, Depósito Judicial, Provisões, Depósito Judicial. Rows: Contingências cíveis, Contingências trabalhistas, Total.

Estima-se um prazo de até 3 (três) anos para a exigibilidade total das ações cíveis e trabalhistas b. Movimentação dos passivos contingentes

Table with columns: Cíveis, Trabalhistas, Total. Rows: Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022, Adições / atualizações monetárias, Reversão, Pagamento, Saldo final em 31 de dezembro de 2022.

c. Processos cíveis classificados como possíveis A Financeira é parte em 72 processos cíveis (53 em 31 de dezembro de 2021) classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 608 (R\$ 436 em 31 de dezembro de 2021).

22 Despesas tributárias: Proventos, Benefícios, Encargos sociais, Pro-labore, Participação nos lucros e resultados, Indenizações, Treinamentos, Total.

22 Despesas administrativas: Serviços de terceiros, Técnicos especializados, Serviços dos sistemas financeiros, Serasa/Associação Comercial, Processamento de dados, Locação de imóveis, Comunicação, Manutenção e conservação, Propaganda e publicidade, Consumo de energia elétrica e água, Despesas com viagens, Outros, Total.

ficariam conforme demonstrado no primeiro quadro abaixo. Do total das captações, 77,28% (76,97% em 31 de dezembro de 2021) são com partes relacionadas. a.1. Composição por vencimento dos recursos de aceites cambiais

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Até 3 meses, De 4 a 12 meses, Acima de 12 meses, Total.

2. Reconhecimento de despesas de operações de depósitos e demais instrumentos financeiros

Table with columns: 2º Semestre 2022, Exercício 2022, 2021. Rows: Recursos de aceites cambiais, Fundo Garantidor de Crédito, Total.

18 Transações com partes relacionadas Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

Table with columns: 2022, Exercício 2021. Rows: Descrição, Ativo (passivo), Receita (despesa), Ativo (passivo), Receita (despesa).

19 Patrimônio líquido a. Capital social O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 31 de dezembro de 2021), representado por 34.559,021 (cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte um) ações nominativas sem valor nominal. As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Table with columns: N° de ações, Valor em R\$, Participação. Rows: Acionistas, Orlando Otto Kaesemodel Filho, Orlando Otto Kaesemodel Neto, Guilherme Slaviero Kaesemodel, João Carlos Pereira, Sérgio Shoji Yamamoto, Rafaela P. Muggliati Kaesemodel, Juliana Gasparin L. Kaesemodel, Empreend. Florestais Camboj Ltda, Kaesemodel Gastronomia EIRELI, Negresco Adm. e Partic. Ltda, Negresco Serv. de Cobrança Ltda, Oelo Locação de Equip, Elair Ltda, Transesp. Com. de Imóveis Ltda, Remuneração dos administradores, Juros sobre o capital próprio.

Em 28 de março de 2019, através de instrumento particular de doação de ações, o acionista Orlando Otto Kaesemodel Filho transferiu 23.374.380 ações com reserva de usufruto, sendo 50% para Orlando Otto Kaesemodel Neto e 50% para Guilherme Slaviero Kaesemodel. Assim, as ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Table with columns: N° de ações, Valor em R\$, Participação. Rows: Acionistas, Orlando Otto Kaesemodel Filho, Orlando Otto Kaesemodel Neto, Guilherme Slaviero Kaesemodel, Total.

b. Reserva legal Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No exercício, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 536 (R\$ 935 no exercício de 2021).

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. O registro contábil obedecerá as diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida é lançado na rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com a Resolução nº 4.706 de 19 de dezembro de 2018, do Banco Central do Brasil. Em 11 de janeiro de 2022, foi pago o saldo de dividendos obrigatórios de 2021 no valor de R\$ 1.106. Em ata da assembleia geral extraordinária, de 19 de janeiro de 2022, foi aprovada a distribuição de lucro de 2021 no montante de R\$ 13.086 e foram pagos em 1º de fevereiro de 2022. Em 21 de dezembro de 2022, foram pagos os juros sobre o capital próprio correspondentes ao exercício de 2022, no montante de R\$ 5.166, imputados ao dividendo obrigatório e, como este valor foi superior aos 25% do dividendo obrigatório, não foi constituído o passivo para dividendos obrigatórios. 20 Receita de prestação de serviços No semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2022, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito nos montantes de R\$ 2.405 e R\$ 4.228 respectivamente (R\$ 3.267 nos mesmos períodos de 2021).

Table with columns: 2º Semestre 2022, Exercício 2021. Rows: Proventos, Benefícios, Encargos sociais, Pro-labore, Participação nos lucros e resultados, Indenizações, Treinamentos, Total.

21 Despesas de Pessoal: Proventos, Benefícios, Encargos sociais, Pro-labore, Participação nos lucros e resultados, Indenizações, Treinamentos, Total.

22 Despesas administrativas: Serviços de terceiros, Técnicos especializados, Serviços dos sistemas financeiros, Serasa/Associação Comercial, Processamento de dados, Locação de imóveis, Comunicação, Manutenção e conservação, Propaganda e publicidade, Consumo de energia elétrica e água, Despesas com viagens, Outros, Total.

23 Despesas tributárias

Table with columns: 2º Semestre 2022, Exercício 2021. Rows: COFINS, PIS, ISS, Outras, Total.

24 Imposto de renda e contribuição social a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

Table with columns: 2º Semestre 2022, Exercício 2021. Rows: Impostos correntes, Impostos diferidos, Total.

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

Table with columns: 2º Semestre 2022, Exercício 2021. Rows: Resultado antes do IRPJ e CSLL, Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota técnica (40%), Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota técnica (45%), Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota técnica (41%), (Adições) exclusões permanentes: Juros sobre o capital próprio, Outras exclusões permanentes.

Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes: Incentivos fiscais (doações/patrocínios/PAT) Diferença de 1% na alíquota da CSLL sobre diferenças temporárias até julho/2022, Outras.

Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido

25 Instrumentos financeiros derivativos A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinam a atender às necessidades próprias ou de terceiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

26 Gerenciamento de riscos A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais são: risco operacional, risco socioambiental e risco de crédito. Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios, além de outros riscos relevantes. Até fevereiro de 2019, a Financeira estava enquadrada no segmento 4 (S4). Em março de 2019, a Financeira optou pelo enquadramento no segmento 5 (S5) já que se enquadra nos requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitida pelo Banco Central do Brasil. Risco de crédito Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo contraparte de suas obrigações nos termos pactuados. A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem normas e padrões a serem observados no processo de concessão e gestão de crédito. A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da Instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação. A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco. A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente. Risco operacional Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Também questões legais associadas à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O risco operacional da Financeira compreende as categorias a seguir: "Processos e operações", "Segurança da informação", "Tecnologia", "Fraudes", "Legal e Reputacional". O limite de apêlice para cada categoria do risco operacional foi estabelecido pela Administração por meio da Declaração de Apêlice por Riscos (RAS) da Financeira, o qual é periodicamente monitorado pela Diretoria. Risco de liquidez É definido como a possibilidade da Financeira não ser capaz de honrar efetivamente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de violação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação periódica, com base em fluxos de caixa projetados e informações contábeis e gerenciais. Risco de socioambiental Define-se como risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. As características dos produtos e das operações da Financeira são de baixo impacto socioambiental. Risco de mercado Define-se como risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. A Financeira não possui instrumentos classificados na carteira de negociação. O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico http://www.credipar.com.br/risco/informacoes.aspx. 32 Patrimônio de referência exigido A instituição optou pela metodologia simplificada de que trata a Resolução CMN 4.606, de 19 de outubro de 2017, devendo manter, permanentemente, montante de PR, em valor superior ao requerimento mínimo exigido. Requerimento mínimo de PR, conforme artigo 12 da Resolução CMN 4.606/2017

Table with columns: Período, Percentual. Rows: Até 30 de abril de 2020, De 1º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021, De 1º de maio de 2021 a 31 de outubro de 2021, De 1º de novembro de 2021 a 30 de abril de 2022, A partir de 1º de maio de 2022.

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows: Patrimônio de referência (PR), RWA (Risco Operacional), RWA (Risco de Crédito), RWA (D + C).

PR, mínimo exigido (d x 17% em 06/2022 e 16,25% em 12/2021), Suficiência (insuficiência) de capital (a - e), Índice de Basileia BACEN (a / d), Razão mínima (Basileia / BACEN).

26 Eventos subsequentes Em ata da assembleia geral extraordinária, de 26 de janeiro de 2023, foi aprovada a distribuição dos dividendos não obrigatórios oriundos da reserva de lucros do ano de 2022 no montante de R\$ 5.063, os quais foram pagos no dia 1º de fevereiro de 2023.

Diretoria: Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente, Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente, Antônio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro, João Carlos Pereira - Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Compliance, Sérgio Shoji Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros.

Contador responsável: José Gilberto Beal - Contador, CRC (PR) 035187/0-7.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ditória obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos o nosso julgamento profissional ao longo da auditoria. Além disso: — Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. — Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. — Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. — Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional. — Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aos Acionistas e Diretores da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de au-

Rumo S.A.CNPJ nº 02.387.241/0001-60 - NIRE 41.300.019.886/CVM nº 17450
Companhia Aberta**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023**

O Conselho de Administração da Rumo S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Rua Emilio Bertolini, nº 100, sala 1, Vila das Oficinas, CEP: 82.920-030, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.300.019.886, inscrita no CNPJ sob o nº 02.387.241/0001-60, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código nº 17450 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e da Resolução CVM nº 81, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 19 de abril de 2023, às 10h00, de forma de exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: A. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) As contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Proposta dos administradores para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Ocupação dos cargos de membros independentes do Conselho de Administração; (v) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração; (vi) Indicação do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; (vii) Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; (viii) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; (ix) Indicação do Presidente do Conselho Fiscal; (x) Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023; e (xi) Fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2023; B. Em Assembleia Geral Extraordinária: (xii) Alterações na redação dos artigos 14, 26 e 31 do Estatuto Social da Companhia, bem como a supressão do parágrafo único do Artigo 26 e do Artigo 47; (xiii) Em decorrência da deliberação (xii) acima, aprovar a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e na página eletrônica da Companhia na rede mundial de computadores (<http://ri.rumo-log.com>), tendo sido enviados também à CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os acionistas participem da Assembleia Geral sem a necessidade de se fazerem presentes fisicamente (assembleia exclusivamente digital). Para participação será exigida a apresentação dos documentos relacionados abaixo, de acordo com a forma de participação escolhida pelo acionista, que poderá optar por participar (i) por meio da plataforma eletrônica TEN MEETINGS ("Plataforma Digital" ou "Ten Meetings") pessoalmente ou por meio de procurador, conforme detalhado abaixo; ou (ii) por meio de envio do Boleim de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM 81/22 ("Boleim de Voto a Distância" ou "Boleim"). Conforme dispõe o artigo 5º, § 3º, da Resolução CVM 81/22, a Assembleia Geral será considerada como realizada na sede social da Companhia. A versão integral deste Edital de Convocação encontra-se disponível na página do Jornal Bem Paraná na rede mundial de computadores, no endereço: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/formato/digital/>, conforme artigo 289, da Lei das S.A.. A ata da Assembleia Geral será lida no final da reunião. Curitiba, 20 de março de 2023. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO**EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

O Município de Mandirituba torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 03 de Maio do ano de 2023, na Sala de Licitações da Prefeitura, situada à Praça Bom Jesus, nº 44, Centro em Mandirituba, Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA**, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s): **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM COBERTURA METÁLICA DE 905,57m² CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 898854/2020/MCIDADANIA/CAIXA**. Valor Total Máximo: R\$ 498.144,44 (quatrocentos e noventa e oito mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos). A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail licitacoes@mandirituba.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados - Telefone (41) 36261122 ramal 224.

Luis Antonio Biscaia - Prefeito Municipal**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ****AVISO DE LICITAÇÃO****EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023 - SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/12/1790**

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público a quem interessar possa que, nos termos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, fará realizar em sua sede, LICITAÇÃO, na modalidade de Tomada de Preços, para a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos em auditoria, regulação, controle e avaliação em procedimentos médicos/hospitalares, nas unidades próprias e conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), em consonância com diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Auditoria do SUS, deste Município, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:00 (nove horas) do dia 19 de abril de 2023. **LOCAL:** Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Umuarama.

TIPO: Menor preço global
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 895.500,00 (Oitocentos e noventa e cinco mil e quinhentos reais).

O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA - www.umuarama.pr.gov.br - Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717, mediante preenchimento da solicitação de edital.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria de Administração - Divisão de Licitações e Contratos, ou pelo telefone (044) 3621 - 4141, ramal 127, no horário das 08:00 às 11:30 h e das 13:30 às 17:30 h de segunda a sexta-feira ou e-mail: licita@umuarama.pr.gov.br

UMUARAMA, 27 de março de 2023.
HERISON CLEIK DA SILVA LIMA
Secretário de Saúde

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Na forma do Art. 63, I, e Art. 66 do Estatuto do Clube, e pelo presente Edital são convocados os associados do **Santa Mônica Clube de Campo - SMCC** que atendem ao disposto no Art. 62, e seus parágrafos do mesmo Estatuto, para participar da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** que se realizará no dia 30 de março de 2023 (quinta-feira), no Salão Social, na Sede do SMCC, situada às margens da Rodovia Régis Bittencourt, nº 5000, (BR 116), bairro Mauá, no município de Colombo, Paraná, em primeira convocação às 18h30 com número regulamentar de participantes, ou em segunda convocação às 19h30, com qualquer número de associados credenciados na forma estatutária, com a seguinte ordem do dia:

**APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
CONSELHO DIRETOR - EXERCÍCIO 2022**

Colombo, 15 de março de 2023.
Carlos Carnasciali Cavichiole
Presidente

**GPM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
CGC/MF 75.204.354/0001-57****AVISO AOS ACIONISTAS**

Acham-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia à rua Emiliano Pernetá, 659 SL 04, os documentos de que trata o artigo nº 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, ou seja, o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022.

**CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de Abril de 2023, sendo a primeira chamada às 15:00h e a segunda chamada às 15h30min, na Rua Emiliano Pernetá, n.º 659 - Piso P, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e resultados do exercício social encerrado em 31.12.2022.

b) Destinação do lucro de exercício encerrado em 31.12.2022.

c) Outros assuntos de interesse social.

Curitiba, 27 de março de 2023.
João Cesar Fernandes Pessôa
Diretor Presidente

AVISO DE ADIAMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023

O Pregoeiro do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-PR comunica o adiamento da licitação em epígrafe, visando a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de veiculação de publicidade legal**, a ser realizada no sistema Compras.Gov, do dia 30/03/2023 às 14:00, para o dia 04/04/2023 às 14:00h. A cópia do edital poderá ser obtida também no site do TRE-PR (www.tre-pr.jus.br). **Julian Velloso Pugh**, Pregoeiro

**SITA - TRANSPORTE DE CARGAS S/A
CNPJ N.º 78.759.701/0001-04****AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba - Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

Curitiba, 27 de março de 2023.
Diretoria

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA -
PARANÁ****EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2023 -SMS
CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS
NA ÁREA DE SAÚDE**

Art. 1º - A Comissão Permanente de Credenciamento designada pela Portaria Nº. 012/2022, no uso das atribuições legais estabelecidos pela Lei Municipal Nº. 1331/2002, alterada pela Lei Municipal Nº 1855/2011, regulamentada pela Instrução Normativa 01/2023 - SMS;

TORNA PÚBLICO, em cumprimento a I.N. 01/2023 - SMS, Art. 9º, VI, a habilitação para a contratação no credenciamento, permitindo sua contratação para prestação de serviços na área de saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, em caráter complementar aos serviços do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme segue:

NOME EMPRESARIAL: MWM CLINICA MEDICA LTDA
CNPJ: 23.978.526/0001-46

**ATIVIDADE A CONTRATAR: PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE
OFTALMOLOGIA**

Art. 2º - Determina a abertura do prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, que deverão ser protocolados na Seção de Expedição e Protocolo e encaminhados a Comissão Permanente de Credenciamento.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.
Telêmaco Borba - PR, 28 de março de 2023
Roberto Stock
Coordenador da Comissão de Credenciamento

**CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.630.573/0001-80****AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba - Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

Curitiba, 27 de março de 2023.
Diretoria

**GUTIERREZ, PAULA, MUNHOZ S/A - CONSTRUÇÃO CIVIL.
CGC/MF 76.495.886/0001-53****AVISO AOS ACIONISTAS**

Acham-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia à Rua Emiliano Pernetá, 659 SL 04, os documentos de que trata o artigo nº 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, ou seja, o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022.

**CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, sendo a primeira chamada às 14:00h e a segunda chamada às 14h30min, na Rua Emiliano Pernetá, n.º 659 - Piso P, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e resultados, relativas do exercício social encerrado em 31.12.2022.

b) Destinação do lucro de exercício encerrado em 31.12.2022.

c) Outros assuntos de interesse social.

Curitiba, 27 de março de 2023.
João Cesar Fernandes Pessôa
Diretor Presidente

**SIRAMA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
CNPJ N.º 76.710.318/0001-28****AVISO AOS SÓCIOS**

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Sócios, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba - Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 1078, §1º, da Lei nº 10.406/2002, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

Curitiba, 27 de março de 2023.
Administradores

**COMUNICADO DE EXTRAVIO
DE LIVROS FISCAIS SOCIETÁRIOS**

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A., com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP/NIRE 41900715069, CNPJ 02.351.144/0007-03, IE: 90774046-32, com sede Rua Vanderlei Moreno, 10800, Roseira de São Sebastião - São José dos Pinhais-PR. **Comunica à Praça e ao mercado em geral**, para todos os fins de direito, o **Extravio** do seguinte livro: (i) Livro Modelo 6 - Número de Ordem 1 preenchido - Termo de Ocorrências.

Sistema
Fiep

TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2.1074/2023
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE LICENÇAS ANUAIS DE SOFTWARES ADOBE PARA UTILIZAÇÃO NAS ENTIDADES DO SESI/SENAI/ IEL E FIEP
DATA DE ABERTURA: 06 de abril de 2023 às 09H00MIN.
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiep.org.br/licitacao/html/>

0002152-68.2021.8.16.0194 PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 25ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI Rua Mateus Leme, 1142 - 13º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3221-9525 - E-mail: ctba-25vj-s@tjpr.jus.br **EDITAL DE INTERDIÇÃO** A Doutora Carolina Marcela Franciosi Bittencourt, Juíza de Direito Substituta da 25ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos que virem ou tiverem conhecimento do presente edital de interdição que, neste Juízo, processaram-se os autos de Interdição nº 0002152-68.2021.8.16.0194, no qual foi declarada por sentença a INTERDIÇÃO DE ALISSA CELLI DE SOUZA (RG: 10.425.340-7 SESP/PR e CPF/CNPJ: 069.657.209-56), portadora de doença incapacitante diagnosticada, sendo-lhe nomeado CURADORES os Senhores ADRIANE CELLI (RG: 1.830.172-5 SESP/PR e CPF/CNPJ: 606.354.289-20) e NELSON FERNANDES DE SOUZA JUNIOR (RG: 3.089.684-0 SESP/PR e CPF/CNPJ: 788.634.577-00), tendo a curatela a finalidade de representar a curatelada para os seguintes atos de sua vida civil: emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração, nos termos do artigo 1.782 do Código Civil, por tempo indeterminado. E para que chegue ao conhecimento de todos, passou-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Eu, Etienne Camargo Nogarí, chefe de secretaria, o mandei digitar. Curitiba, data da assinatura digital. Carolina Marcela Franciosi Bittencourt Juíza de Direito Substituta

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA - ESTADO
DO PARANÁ****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº
09/2023 - PROC. Nº 53/2023**

OBJETO: Aquisição a contratação de empresa especializada em serviços de se-guro para veículos automotores, pertencentes a diversas Secretarias Municipais, por um período de 12 (doze) meses, - **VALOR MÁXIMO ADMITIDO:** R\$ 245.868,32 - **ABERTURA:** 17/04/2023, às 13h15min, no site <http://blcompras.org.br/>. - **EDITAL:** Disponível no sítio www.santoantoniodaplatina.atende.net/. - **INFORMAÇÕES E ELEMENTOS:** Fones/Mail: (43) 3534-8700; e-mail: licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br.
Santo Antônio da Platina/PR, 28 de março de 2023 - **JOSÉ DA SILVA COELHO NETO** - Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
ESTADO DO PARANÁ****AVISO**

O Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, leva ao conhecimento das interessadas que em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, com redação alterada pela Lei Federal n.º 8.883/94, e alterações posteriores, e Lei Municipal n.º 2.957/2020, encontra-se aberta a Licitação abaixo:

CONCORRÊNCIA Nº 014/2023

OBJETO: Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

TIPO DA LICITAÇÃO: "Menor Valor de tarifa de remuneração"

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 03/05/2023 a partir das 09:30 horas.

O inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos e modelo, encontra-se disponível às empresas interessadas no site do Município de São Mateus do Sul: www.saomateusdosul.pr.gov.br, local: link "Licitações".

São Mateus do Sul, 27 de março de 2023.

Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal

**ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/ME 81.716.144/0001-40 - NIRE 41.3.0007936-6****EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2023**

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICAS S.A., sociedade por ações com sede na Rua João Eugênio, nº 922, Centro, Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, CEP 83.203-400, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.3.0007936-6 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 81.716.144/0001-40 ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, às 11:00 horas, no dia 25 de abril de 2023 na sede social da Companhia e/ou ainda de forma virtual, conforme autorizado pelo artigo 124 §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

(1) o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
(2) a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos, conforme proposta consignada nas Demonstrações Financeiras da Companhia e conforme deliberação havida na Reunião do Conselho de Administração em 21 de março de 2023;
(3) a nomeação/reeleição dos membros do Conselho de Administração;
(4) a aprovação da proposta do orçamento de capital da Companhia previsto para o exercício de 2023; e
(5) a fixação da remuneração global e anual dos Administradores da Companhia, nos termos do art. 10, Parágrafo Único alínea (vii) do Estatuto Social.
Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos Acionistas para consulta na sede da Companhia, incluindo, os seguintes: (i) a apresentação da administração sobre os negócios e os principais fatos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme documentos rubricados e arquivados na sede da Companhia; (ii) a cópia das demonstrações financeiras; e (iii) o parecer dos auditores independentes.

Paranaguá/PR, 21 de março de 2023.
João Gilberto Cominense Freire
Presidente do Conselho de Administração

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente em exercício da COOPERATIVA MÉDICA DE PEDIATRAS E ESPECIALISTAS PEDIÁTRICOS DO PARANÁ - COMEPP - CNPJ nº 73.832.784/0001-98, com sede à Rua Brigadeiro Franco, nº 2885, Rebouças, Curitiba - PR, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os senhores cooperados que nesta data somam 415 (Quatrocentos e quinze) associados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada dia 13 de abril de 2023 (Quinta-feira) no Auditório do Hospital Pequeno Príncipe, localizado à Avenida Silva Jardim, 1677 (por motivo de impossibilidade de realização em sua sede por falta de espaço), às 17:00 horas em primeira convocação, com 2/3 dos cooperados; às 18:00 horas em segunda convocação, com metade mais 01 (um) dos cooperados; e às 19:00 horas em terceira e última convocação, com presença de no mínimo 10 (dez) cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Prestação de contas da diretoria, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: Relatório da gestão, Balanço patrimonial, Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes das insuficiências das contribuições, para cobertura das despesas da Sociedade e o parecer do Conselho Fiscal. B) Eleição anual dos Membros do Conselho Fiscal. C) Assuntos Gerais.

Marli Madalena Perozin
Presidente

**SURG - COMPANHIA DE SERVIÇOS DE
URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA**

CNPJ/ME 75.646.273/0001-07 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 5 de abril de 2023, às 17 horas, na sede social da Companhia, na Rua Afonso Botelho, 63, em Guarapuava, Estado do Paraná, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia:

I - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras.
II - Deliberar sobre a destinação do Resultado do Exercício.
III - Outros Assuntos de Interesse Social.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA Rua Mateus Leme, 1.142 - 1º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3221-9512 - E-mail: CTBA-12VJ-S@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE 40 dias úteis O Juiz de Direito Marcelo Ferreira, da 12ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0010290-87.2022.8.16.0194, em que é autor CIRO MATSUMOTO UMATA, e réu EDUARDO ANTONIO DETREGIO, e que por este edital procede a CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, Incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: imóvel urbano, situado na Rua Sebastião Rosa Lima nº 276, CS 47 - Conjunto Residencial Santa Monica II, Bairro Xaxim, CEP 81720-090 - Curitiba - PR, com 68,52m2, com Inscrição Imobiliária 57.0.0076.0312.00-2, registrada na Prefeitura Municipal de Curitiba - PR, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 40 (quarenta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Karen Leticia Borges Domingues, Analista Judiciário, conferi, digitei e assinei, autorizada pela Portaria 01.2019. Curitiba, 23 de março de 2023. OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico <https://portal.tjpr.jus.br/projudi>.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS
PARANÁ**

Secretaria Municipal de Administração

Aviso de licitação

Pregão Presencial nº 037/2023
Sistema de Registro de Preços

OBJETO: "Aquisição de Academia de Ginástica ao ar Livre. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. VALOR MÁXIMO: R\$ 344.644,12. ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 12/04/2023, às 09:00 horas. LOCAL: Sala de Licitações situada na Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, nº 12.162, Térreo, CEP: 83.323-410, Centro, Pinhais/PR, EDITAL: Estará disponível aos interessados, no site <http://www.pinhais.pr.gov.br>, no link Licitações, do dia 29/03/2022 ao dia 11/04/2022. INFORMAÇÕES: poderão ser obtidas no site ou pelo telefone (041): 99147-7864, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 28/03/2022.

**FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL
CNPJ 76.681.550/0001-85
Edital de Convocação
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocadas as Entidades de Prática Desportiva e Ligas filiadas à Federação Paranaense de Futebol (FPF), na pessoa de seus Presidentes ou substitutos legais, na forma prevista no Estatuto da FPF, para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 17/04/2023 (dezoito de abril de dois mil e vinte três), na Rua Herbert Neal, 148, em Curitiba - PR (sede da Federação Paranaense de Futebol - Auditório do TJDP), às 17h (dezoisete horas) em primeira convocação, com a presença da maioria dos membros aptos, e em segunda convocação às 17h30min (dezoisete horas e trinta minutos), com qualquer número de membros aptos presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1 - Discutir e votar o relatório, as contas e o Balanço Anual das atividades administrativas e financeiras do exercício de 2022 (art. 7º, I, alínea "a");

Poderão participar da Assembleia Geral Ordinária, os membros aptos que atendam as previsões do art. 6º, § 1º, § 2º e incisos do Estatuto da FPF.

A partir da publicação deste Edital, a relação dos membros aptos com direito a voto estará à disposição no Boletim Oficial do site eletrônico da FPF e será atualizada nos dias 03/04/2023, 06/04/2023, 10/04/2023 e 13/04/2023 (última atualização).

Todos os documentos contábeis e demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022, além do relatório de atividades se encontram na Tesouraria da FPF, para consulta dos membros aptos a participarem da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do Estatuto da FPF, em horário de funcionamento da Entidade (das 13h00min às 19h00min). A consulta deverá ser previamente agendada pelo e-mail financeiro@federacaopr.com.br, para melhor organização e comodidade do filiado.

Curitiba, 29 de março de 2023.
HELIO PEREIRA CURY
Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO****EDITAL DE LICITAÇÃO RETIFICADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 024/2023 - PMM**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE APARELHOS E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE WIRELESS (SEM FIO), com as características e especificações constantes deste Edital.

VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$284.072,64 (duzentos e oitenta e quatro mil, setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 30/03/2023, a partir das 08h00min.

TÉRMINO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 10/04/2023, até às 08h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: Dia 10/04/2023, às 09h00min.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O Município de Matinhos utilizará o portal de licitações **BLL COMPRAS** link <https://bllcompras.com/Home/Login> para realização desta licitação.

Os licitantes poderão efetuar download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, no portal de transparência, disponível no link <https://matinhos.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais> e obter informações complementares na sede da na sede da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, centro, em Matinhos, Estado do Paraná, no horário das 08h00min as 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, telefone 08003971600 ramais 795/807/811 ou ainda através do e-mail: licitacao@matinhos.pr.gov.br.

Matinhos, 28 de março de 2023

Janete de Fátima Schmitz
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 015/2023

Objeto: Aquisição de veículos zero-quilômetro, do tipo furgão, adaptado como unidade móvel de atendimento para os programas de atendimento itinerante da Defesa Pública do Estado do Paraná (DPE-PR).

Data da sessão: 12/04/2023.

Horário de abertura das propostas: 13:00 horas.

Horário de início da disputa: 14:00 horas.

Endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br (ID: 994392).

Acesso ao edital: www.defensoriapublica.pr.def.br,
www.comprasparana.pr.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

PUBLICIDADE LEGAL

3350.6620

FUC – FUNDO DE
URBANIZAÇÃO DE CURITIBA
CNPJ Nº. 14.682.109/0001-60



**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA FUC Nº. 001/2023**

A URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., administradora do FUC – Fundo de Urbanização de Curitiba torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:

OBJETO: Seleção e contratação de empresa, para a confecção e instalação de 04 Rampas Metálicas de Embarque e Desembarque em Estações Tubo do Transporte Coletivo de Curitiba incluindo fornecimento de materiais e mão de obra necessários para a completa execução do objeto nas estações tubo Rosa Tortato e Sagrado Coração, conforme especificações descritas neste Edital e seus Anexos.

TIPO: MENOR PREÇO

RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO: dia 03/05/2023, às 13h.

LOCAL: Sede da URBS - Urbanização de Curitiba S.A., situada na Av. Presidente Afonso Camargo, 330 – Estação Rodoviária/Bloco Central.

O EDITAL estará disponível no site da URBS: www.urbs.curitiba.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES: telefone (41) 3320-3101.

Curitiba, 29 de março de 2023.

Ogeny Pedro Maia Neto
Presidente da URBS

**MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO: 019/2023; OBJETO: LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, IMÓVEL COM ÁREA DE 44,52M², PARA INSTALAÇÃO DO PSF VERDES CAMPOS, LOCALIZADO NA VILA RURAL VERDES CAMPOS; LOCADOR: PAULINO RIBEIRO, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 016.890.089-03, portador do RG nº 7.055.535-2, residente e domiciliado na Rua A Verdes Campos, nº 40, Vila Verdes Campos, na cidade de Dois Vizinhos-PR; LOCATÁRIO: Município de Dois Vizinhos – Paraná. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal 8.666/93; PERÍODO DA LOCAÇÃO: 12 (doze) meses; VALOR ESTIMADO: R\$ 16.380,00 (dezesseis mil, trezentos e oitenta reais); RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO: 27 de março de 2023, por Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL
SIMPLIFICADA**

PORTO FUMIGACOES LTDA, CNPJ: 44.934.042/0001-75 torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença Ambiental Simplificada para serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas - fumigação a ser implantada na Alameda Coronel Elysiso Pereira, 958 - Estradinha - Paranaguá/PR.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA - PR
Aviso de Licitação**

O Município de Ponta Grossa/PR realizará no dia 14 de abril de 2023, às 09h00min, pregão eletrônico, registro de preços nº 42/2023, através da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bllcompras.com), para aquisição de tela interativa educacional móvel visando a inovação tecnológica. Valor Máximo: R\$ 5.539.111,00. Mais informações serão fornecidas das 12 horas às 18 horas na sede da prefeitura ou pelo telefone (42) 3220-1000 (ramal 1003) ou ainda através do link <http://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portalttransparencia/>.

Ponta Grossa, 28 / 03 / 2023
Simone do Rocio Pereira Neves
Secretária Municipal de Educação

CONTRATO Nº 026/2023 – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO MURO DA APAE MUNICIPAL, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 411020120220002. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada: ADAM LUIZ DE OLIVEIRA - CNPJ nº 42.381.803/0001-83. Valor Contratual: R\$ 47.184,82 (Quarenta e Sete Mil, Cento e Oitenta e Quatro Reais e Oitenta e Dois Centavos). Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, até a data de 24/06/2023. Prazo de Vigência: 12 (doze) meses, até a data de 26/03/2024. Assinatura: 27/03/2023.



Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação

Chamamento Público Nº. 005/2023

Objeto: Credenciamento de instituições de ensino, Escolas Especiais que prestem Atendimento especializado a alunos portadores de necessidades especiais, visando ao atendimento temporário de vagas de Educação Infantil.

Data: de 29 de março de 2023 até 12 de maio de 2023.

Horário: Segunda-Feira à Sexta-Feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00mi às 17h00min.

Local do Credenciamento: Coordenação de Protocolo da Prefeitura Municipal sito a Rua XV de Novembro, 105, Centro.

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, sito à Rua XV de Novembro, 105 – Centro - Colombo - Paraná, ou pelos fones: (41) 3656-8080 ou 3656-8085 ou pelo e-mail: licitacao@colombo.pr.gov.br.

Colombo, 27 de março de 2023.

Helder Luiz Lazarotto- Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO: 020/2023; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, E DESRATIZAÇÃO PARA AS SECRETARIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA E PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS; CONTRATADA: DESINSETIZADORA DOIS VIZINHOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.769.836/0001-32, sediada na Rua Leoncelino Marques Martins, nº 295, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, CEP 85.660-000, E-mail: desinsetizadoradoisvizinhos@hotmail.com e telefone (46) 99937-7291, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu responsável legal o(a) Sr(a), Caroline Zafra Rossi Amaut, CPF nº 064.379.369-08; CONTRATANTE: Município de Dois Vizinhos - Paraná; FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II da Lei 8666/93; PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da sua assinatura; VALOR ESTIMADO: R\$ 16.940,00 (dezesseis mil, novecentos e quarenta reais); RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO: 28 de março de 2023, por Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná.

Luis Carlos Turatto- Prefeito

**SINTRACIMENTO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA
GERAL EXTRAORDINÁRIA.**

O Presidente do SINTRACIMENTO – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Ladrilhos Hidráulicos, Produtos de Cimento, Fibrocimento e Artefatos de Cimento Armado de Curitiba e Região, no uso de suas atribuições, CONVOCA os associados quites com suas obrigações sociais, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada na Rua Francisco Torres, 427, Centro, Curitiba, Paraná, Brasil, no dia 03 de abril de 2023, às 18h00min em primeira ou às 18h30min em segunda convocação com qualquer número de associados, caso não atinja coro em primeira, para deliberarem sobre: a) Nomeações e renomeações de representantes sindicais conforme previsão da Convenção Coletiva de Trabalho em vigência; b) Ratificação de decisões da diretoria; c) Outros assuntos de interesses da categoria profissional. Curitiba, 28 de março de 2023. Nilton Pereira Campos – Presidente.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2023-MP/PJ
AVISO DE LICITAÇÃO

1 - Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de higiene, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. 2 - Abertura: dia 13 de abril de 2023 às 13h (horário de Brasília). 3 - Local: site do Banco do Brasil S/A (www.licitacoes-e.com.br). 4 – Edital e Informações Complementares: Poderão ser obtidas no site do Ministério Público do Estado do Paraná - www.mppr.mp.br e no site do Banco do Brasil S/A - www.licitacoes-e.com.br. Curitiba, 28 de março de 2023.



Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação

Edital – Pregão Eletrônico Nº 038/2023

Objeto: Contratação de empresa por meio do sistema de registro de preços para os serviços de locação com instalação e manutenção de dispositivo eletrônico embarcado (computador de bordo instalado) para telemetria e gestão veicular, dos veículos da Frota pública Municipal, para o atendimento das necessidades e demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Colombo.

Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 30 de MARÇO de 2023 até às 08:00 HORAS do dia 13 de ABRIL de 2023.

Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 13 de ABRIL de 2023. (Horário de Brasília).

Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).

Preço Máximo: Constante no edital.

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 28 de março de 2023.

Helder Luiz Lazarotto
Prefeito Municipal



Associação dos Criadores e Proprietários de Cavalos de
Corrida do Paraná
Av Victor Ferreira do Amaral, 2291-Taruma-Curitiba-PR
Cep: 82800-000- Fone: 41-32665093 / 98706-3616

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 20 de Abril de 2023

A Diretoria da Associação dos Criadores e Proprietários de Cavalos de Corrida do Paraná, (ACPCCP), por seu presidente, Gilberto Luiz Koppe, fazendo uso das atribuições estatutárias, nos termos dos artigos 25, inciso II e parágrafo 2º e 26, parágrafos 1º e 2º, convoca os associados para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 20 (vinte) de abril de dois mil e vinte e três (2023), quinta-feira, às 17:00hs em 1ª convocação, e às 17:15hs em 2ª convocação, na sala de reuniões da ACPCCP, com endereço na Av. Victor Ferreira do Amaral, 2291, Curitiba, Paraná, entrada pela Konrad Adnauer, 911, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- I- Aprovação do balanço do exercício 2022;
- II- Relatório da Diretoria das ações desenvolvidas pela ACPCCP;
- III- Aprovação valor anuidade 2023;
- IV- Assuntos gerais.

Estará à disposição dos associados o parecer do Conselho Fiscal e a documentação contábil referente ao exercício financeiro do ano de 2022.

Curitiba, 27 de março de 2023.

Gilberto Luiz Koppe
Presidente ACPCCP

Eraldo Palmerini
Presidente Conselho Deliberativo

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>

